

8.	Término do período para solicitação de isenção da taxa de inscrição	10/07/2022
9.	Divulgação do resultado preliminar das solicitações de isenção da taxa de inscrição	13/07/2022
10.	Data-limite para recursos contra o resultado preliminar das solicitações de isenção da taxa de inscrição	14/07/2022
11.	Divulgação dos pareceres relativos aos recursos contra o resultado preliminar das solicitações de isenção da taxa de inscrição	15/07/2022
12.	Divulgação do resultado definitivo das solicitações de isenção da taxa de inscrição	15/07/2022
13.	Término do período para solicitação de condições especiais para realização das provas	24/07/2022
14.	Término do período de inscrições	24/07/2022
15.	Data-limite para pagamento da taxa de inscrição	25/07/2022
16.	Divulgação do resultado preliminar das solicitações de condições especiais para realização das provas	25/07/2022
17.	Data-limite para recursos contra o resultado preliminar das solicitações de condições especiais para realização das provas	26/07/2022
18.	Divulgação dos pareceres relativos aos recursos contra o resultado preliminar das solicitações de condições especiais para realização das provas	29/07/2022
19.	Divulgação do resultado definitivo das solicitações de condições especiais para realização das provas	29/07/2022
20.	Divulgação da lista preliminar de candidatos inscritos	29/07/2022
21.	Data-limite para recursos contra a lista preliminar de candidatos inscritos	31/07/2022
22.	Divulgação dos pareceres relativos aos recursos contra a lista preliminar de candidatos inscritos	01/08/2022
23.	Divulgação da lista definitiva de candidatos inscritos	01/08/2022
24.	Divulgação dos procedimentos de biossegurança e comportamento sanitário a serem seguidos pelos candidatos no dia do exame	17/08/2022
25.	Liberação do comprovante definitivo do inscrito (contendo local e sala de realização do exame pelo candidato)	17/08/2022
26.	Dia do Exame (Prova objetiva e Prova discursiva)	21/08/2022
27.	Divulgação do caderno de provas e do gabarito preliminar da Prova Objetiva	23/08/2022
28.	Data-limite para recursos contra questões da Prova Objetiva e respectivo gabarito preliminar	24/08/2022
29.	Divulgação dos pareceres relativos aos recursos contra questões da Prova Objetiva e respectivo gabarito preliminar	26/08/2022
30.	Divulgação do gabarito definitivo da Prova Objetiva	26/08/2022
31.	Convocação para o desempate em relação ao resultado em apuração da Prova Objetiva	29/08/2022
32.	Data-limite para entrega de documentação requerida para o desempate na Prova Objetiva	30/08/2022
33.	Divulgação do resultado preliminar da Prova Objetiva	31/08/2022
34.	Data-limite para recursos contra o resultado preliminar da Prova Objetiva	01/09/2022
35.	Divulgação dos pareceres relativos aos recursos contra o resultado preliminar da Prova Objetiva	02/09/2022
36.	Divulgação do resultado definitivo da Prova Objetiva	02/09/2022
37.	Divulgação do resultado preliminar da Prova Discursiva	26/09/2022
38.	Data-limite para recursos contra o resultado preliminar da Prova Discursiva	28/09/2022
39.	Divulgação dos pareceres relativos aos recursos contra o resultado preliminar da Prova Discursiva	30/09/2022
40.	Divulgação do resultado definitivo da Prova Discursiva	30/09/2022
41.	Convocação para o desempate em relação ao painel (soma) de notas (Prova Objetiva + Prova Discursiva)	30/09/2022
42.	Data-limite para entrega de documentação requerida para o desempate em relação ao painel (soma) de notas (Prova Objetiva + Prova Discursiva)	03/10/2022
43.	Divulgação do Painel de Notas (Prova Objetiva + Prova Discursiva)	04/10/2022
44.	Data-limite para recursos contra o Painel de Notas (Prova Objetiva + Prova Discursiva)	05/10/2022
45.	Divulgação dos pareceres relativos aos recursos contra o Painel de Notas (Prova Objetiva + Prova Discursiva)	06/10/2022
46.	Divulgação do Painel de Notas atualizado (após recursos), se necessário	06/10/2022
47.	Convocação de candidatos para avaliação biopsicossocial (PcD) e heteroidentificação (negros)	06/10/2022
48.	Divulgação dos currículos dos integrantes da Comissão de Heteroidentificação	06/10/2022
49.	Data de início do período de avaliações biopsicossociais para candidatos PcD e de heteroidentificações para candidatos negros	10/10/2022
50.	Data de término do período de avaliações biopsicossociais para candidatos PcD e de heteroidentificações para candidatos negros	11/10/2022
51.	Divulgação dos currículos dos integrantes da Comissão Recursal de Heteroidentificação	13/10/2022
52.	Divulgação do resultado preliminar da avaliação biopsicossocial (candidato PcD) e da heteroidentificação (candidato negro)	13/10/2022
53.	Data-limite para recursos contra o resultado preliminar da avaliação biopsicossocial (candidato PcD) e da heteroidentificação (candidato negro)	14/10/2022
54.	Divulgação da escala de horários para a reavaliação biopsicossocial e para a reavaliação do procedimento de heteroidentificação nos casos de candidatos com recurso em andamento	17/10/2022
55.	Data da reavaliação presencial (se necessária) de candidato inscrito como PcD ou negro	18/10/2022
56.	Divulgação dos pareceres relativos aos recursos contra o resultado preliminar da avaliação biopsicossocial (candidato PcD) e da heteroidentificação (candidato negro)	19/10/2022
57.	Divulgação do resultado definitivo da avaliação biopsicossocial (candidato PcD) e da heteroidentificação (candidato negro)	19/10/2022
58.	Convocação para o desempate em relação ao Resultado Final	19/10/2022
59.	Data-limite para entrega de documentação requerida para o desempate no Resultado Final	20/10/2022
60.	Divulgação do Resultado Final do concurso	21/10/2022
61.	Data-limite para recursos contra o Resultado Final	24/10/2022
62.	Divulgação dos pareceres relativos aos recursos contra o Resultado Final	26/10/2022
63.	Divulgação do Resultado Final (após recursos)	26/10/2022

(\*) As datas e períodos estabelecidos neste anexo (CRONOGRAMA) são passíveis de alteração, conforme necessidade e conveniência do cefet-mg. Caso haja alteração, ela será previamente comunicada por meio de Edital (ou informativo) na página oficial do concurso na Internet.

**EDITAL 131/2022**  
**ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO**

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DA CARREIRA DE CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO (TAE) ANO 2022

O DIRETOR-GERAL DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS - CEFET-MG, autarquia federal de regime especial, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos das Leis 12.990/14 e 13.146/15, dos Decretos 8.260/14, 9.508/18 e 9.739/19, da Portaria Normativa MPDG/SGP nº 04/2018 e da Portaria SGP/SEDGG/ME nº 14.635/2021, torna público que estarão abertas, a partir do dia 28 de junho de 2022, exclusivamente pela Internet, as inscrições para concurso público de provas destinado ao provimento de vagas do Quadro de Pessoal Permanente do CEFET-MG, da carreira de Cargos Técnico-Administrativos em Educação (TAE), em conformidade com o disposto nas Leis 8.112/90 e 11.091/05.

**1. DO LOCAL OFICIAL DO CONCURSO NA INTERNET**

**1.1 PÁGINA OFICIAL:** [www.concursopublico.cefetmg.br](http://www.concursopublico.cefetmg.br)

1.1.1 Considera-se como local oficial de publicações acerca do concurso na Internet o repositório mencionado no item 1.1, bem como as páginas subjacentes ao endereço (domínio) apontado.

1.2 Na forma da legislação vigente, os atos necessários serão, também, publicados no Diário Oficial da União (DOU), o qual é disponibilizado no portal da Imprensa Oficial (<https://www.in.gov.br>) - Seção 3. Após a homologação do concurso, os atos específicos de pessoal (nomeação e posse) serão publicados na seção 2 do DOU.

1.3 É de inteira responsabilidade do interessado realizar consultas periódicas ao local oficial na Internet para acompanhamento de todas as fases, atos administrativos, decisões, informativos, comunicados e resultados relacionados ao presente concurso.

**2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

2.1 O concurso público será regido por este Edital, por seus anexos, pelos demais editais complementares e instruções publicadas na página oficial do certame na Internet, sendo executado pelo CEFET-MG.

2.2 O ato autorizativo do concurso é o Decreto 8.260/14 (art. 8º).

2.3 Dadas as previsões legais específicas, os candidatos concorrentes às vagas reservadas para pessoas com deficiência (PcD) e os candidatos concorrentes às vagas reservadas para negros, quando convocados nos termos deste Edital, serão submetidos, respectivamente, à avaliação biopsicossocial de sua condição por equipe multidisciplinar e à heteroidentificação da cor-etnia autodeclarada por parte de comissão especialmente constituída para esse fim.

2.4 As provas previstas para a Primeira e Segunda Fases do concurso, detalhadas na Seção 8 do presente Edital, serão aplicadas nas localidades de oferta das respectivas vagas.

2.4.1 Havendo indisponibilidade de locais suficientes ou adequados para a aplicação das provas nas localidades de origem das vagas ofertadas, poderão ser adotadas outras localidades na mesma região para a sua realização.

2.4.2 A avaliação biopsicossocial para candidatos que concorrem como PcD ocorrerá somente na cidade de Belo Horizonte/MG.

2.4.3 O procedimento de heteroidentificação para candidatos autodeclarados negros será realizado nas localidades de oferta das respectivas vagas.

**3. DOS CARGOS (ESCOLARIDADE, DESCRIÇÃO, REMUNERAÇÃO, JORNADA E BENEFÍCIOS)**

**3.1 CARGO 1: TÉCNICO DE LABORATÓRIO - ÁREA ELETROMECÂNICA**

**3.1.1 ESCOLARIDADE:**

\* Ensino Médio Profissionalizante em Eletromecânica, OU

\* Ensino Médio completo + Curso Técnico em Eletromecânica

**3.1.2 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** Registro válido e ativo no Conselho Profissional competente

**3.1.3 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:** Executar trabalhos técnicos de laboratório relacionados com a área de atuação, realizando ou orientando coleta, análise e registros de material e substâncias através de métodos específicos. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

**3.1.4 NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO (Plano de Carreira | PCC-TAE):** D

**3.1.5 REMUNERAÇÃO INICIAL:** R\$ 2.446,96

**3.1.6 JORNADA DE TRABALHO:** 40 (quarenta) horas semanais, com 8 (oito) horas diárias

**3.2 CARGO 2: TÉCNICO DE LABORATÓRIO - ÁREA COMPUTAÇÃO**

**3.2.1 ESCOLARIDADE:**

\* Ensino Médio Profissionalizante em Desenvolvimento de Sistemas, OU

\* Ensino Médio completo + Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas,

OU

\* Ensino Médio Profissionalizante em Informática, OU

\* Ensino Médio completo + Curso Técnico em Informática, OU

\* Ensino Médio Profissionalizante em Redes de Computadores, OU

\* Ensino Médio completo + Curso Técnico em Redes de Computadores

**3.2.2 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** Registro válido e ativo no Conselho Profissional competente

**3.2.3 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:** Executar trabalhos técnicos de laboratório relacionados com a área de atuação, realizando ou orientando o desenvolvimento, instalação, configuração, testes, operação e manutenção de ambientes, redes e recursos de Computação constituídos por hardware (equipamentos, periféricos e acessórios) e software (sistemas, programas e aplicativos). Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

**3.2.4 NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO (Plano de Carreira | PCC-TAE):** D

**3.2.5 REMUNERAÇÃO INICIAL:** R\$ 2.446,96

**3.2.6 JORNADA DE TRABALHO:** 40 (quarenta) horas semanais, com 8 (oito) horas diárias

**3.3 CARGO 3: TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - INFRAESTRUTURA DE TIC**

**3.3.1 ESCOLARIDADE:**

\* Ensino Médio Profissionalizante em algum dos cursos listados no item

3.3.1.1, OU

\* Ensino Médio completo + Curso Técnico em algum dos cursos listados no

item 3.3.1.1

**3.3.1.1 Cursos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT/MEC - 4ª edição) habilitados à(s) vaga(s) do presente concurso (CARGO 3):** Técnico em Computação Gráfica | Técnico em Desenvolvimento de Sistemas | Técnico em Informática | Técnico em Informática para Internet | Técnico em Manutenção e Suporte em Informática | Técnico em Programação de Jogos Digitais | Técnico em Redes de Computadores | Técnico em Telecomunicações | Técnico em Eletrônica | Técnico em Eletroeletrônica | Técnico em Mecatrônica

**3.3.2 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** Registro válido e ativo no Conselho Profissional competente

**3.3.3 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:** Desenvolver sistemas e aplicações, determinando interface gráfica, critérios ergonômicos de navegação, montagem da estrutura de banco de dados e codificação de programas; projetar, implantar e realizar manutenção de sistemas e aplicações; selecionar recursos de trabalho, tais como metodologias de desenvolvimento de sistemas, linguagem de programação e ferramentas de desenvolvimento. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

**3.3.4 NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO (Plano de Carreira | PCC-TAE):** D

**3.3.5 REMUNERAÇÃO INICIAL:** R\$ 2.446,96

**3.3.6 JORNADA DE TRABALHO:** 40 (quarenta) horas semanais, com 8 (oito) horas diárias

**3.4 CARGO 4: BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA**

**3.4.1 ESCOLARIDADE:** Curso superior em Biblioteconomia

**3.4.2 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:** Registro válido e ativo no Conselho Profissional competente

**3.4.3 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:** Disponibilizar informação; gerenciar unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação; tratar tecnicamente e desenvolver





7.1.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o item 7.1 deste Edital resulte em número fracionado, esse será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5, nos termos do §2º do artigo 1º da Lei 12.990/14.

7.2 Para concorrer a uma das vagas reservadas aos negros, o candidato deverá informar, no ato da inscrição, que deseja participar do concurso nessa condição.

7.2.1 O candidato que não informar que deseja concorrer às vagas reservadas aos negros no sistema de inscrição não terá direito de concorrer a essas vagas e não poderá pleitear, posteriormente ao período de inscrições, essa condição.

7.3 O candidato que se autodeclarar negro será submetido a procedimento de heteroidentificação perante comissão específica constituída pelo CEFET-MG, oportunamente e na forma da Seção 16 deste Edital, caso o candidato seja classificado na fase habilitadora correspondente.

7.4 Até o final do período de inscrição no concurso público, será facultado ao candidato desistir de concorrer pelo sistema de reserva de vagas para candidatos negros.

7.5 As informações prestadas no momento de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, na forma do art. 2º da Portaria Normativa MPDG/SGP nº 04/2018.

7.6 Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

7.7 Os candidatos negros que se declararem com deficiência concorrerão concomitantemente às vagas reservadas a pessoas com deficiência e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.

7.8 Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência não preencherão as vagas reservadas a candidatos negros, sendo, dessa forma, automaticamente excluídos da lista de aprovados na lista de candidatos negros.

7.9 Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

7.10 Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação por cargo.

7.11 Em cada uma das fases do concurso, não serão computados, para efeito de preenchimento do percentual de vagas reservadas a candidatos negros, nos termos da Lei 12.990/14, os candidatos autodeclarados negros classificados ou aprovados dentro do número de vagas oferecido a ampla concorrência, sendo que esses candidatos constarão tanto da lista dos aprovados dentro do número de vagas da ampla concorrência como também da lista dos aprovados para as vagas reservadas aos candidatos negros, em todas as fases do concurso.

#### 8. DAS FASES DO CONCURSO

8.1 O concurso, de etapa única, será realizado em DUAS FASES, em datas distintas, assim caracterizadas:

a) PRIMEIRA FASE: Compreenderá a aplicação de PROVA OBJETIVA de múltipla escolha e PROVA DISCURSIVA. Ambas as provas terão natureza classificatória e eliminatória, sendo aplicáveis a todos os candidatos com inscrição homologada constantes da Lista Definitiva de Inscrições, observadas as especificações da Seção 9.

b) SEGUNDA FASE: Consistirá na aplicação de PROVA PRÁTICA ou TEÓRICO-PRÁTICA, conforme o cargo (Seção 17). A fase terá natureza classificatória e eliminatória, destinando-se apenas aos candidatos habilitados na Primeira Fase e convocados, nos termos e limites deste Edital, para a Segunda Fase.

8.2 A PRIMEIRA e SEGUNDA fases são aplicáveis a todos os cargos.

#### 9. DA PRIMEIRA FASE DO CONCURSO PÚBLICO (PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA)

9.1 A Primeira Fase do concurso público será composta pelas PROVAS descritas no QUADRO III e no QUADRO IV.

Quadro III - Prova Objetiva e Discursiva - Cargo(s) de Nível Médio

CARGO	PROVA OBJETIVA	
	DISCIPLINA	No. DE QUESTÕES
TÉCNICO DE LABORATÓRIO (ÁREA ELETROMECÂNICA)	Língua Portuguesa	12 (doze)
	Informática Básica	05 (cinco)
	Legislação	03 (três)
	Raciocínio Analítico	10 (dez)
	Conhecimentos Específicos	20 (vinte)
	Total de Questões	50 (cinquenta)
	PROVA DISCURSIVA	Conforme definido no item 11.2 deste Edital

CARGO	PROVA OBJETIVA	
	DISCIPLINA	No. DE QUESTÕES
TÉCNICO DE LABORATÓRIO (ÁREA COMPUTAÇÃO) TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (INFRAESTRUTURA DE TIC)	Língua Portuguesa	12 (doze)
	Legislação	03 (três)
	Raciocínio Analítico	10 (dez)
	Conhecimentos Específicos	25 (vinte e cinco)
	Total de Questões	50 (cinquenta)
	PROVA DISCURSIVA	Conforme definido no item 11.2 deste Edital

Quadro IV - Prova Objetiva e Discursiva - Cargo(s) de Nível Superior

CARGO	PROVA OBJETIVA	
	DISCIPLINA	No. DE QUESTÕES
BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA ENFERMEIRO	Língua Portuguesa	12 (doze)
	Informática Básica	05 (cinco)
	Legislação	03 (três)
	Raciocínio Analítico	10 (dez)
	Conhecimentos Específicos	20 (vinte)
	Total de Questões	50 (cinquenta)
	PROVA DISCURSIVA	Conforme definido no item 11.2 deste Edital

9.2 A disciplina CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS, objeto de avaliação na Prova Objetiva, versará sobre temas próprios de cada cargo.

9.3 As provas da Primeira Fase terão a duração total de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos e serão aplicadas na data provável estabelecida no cronograma constante do ANEXO IV deste Edital, no turno da TARDE.

9.4 Somente candidato com inscrição homologada poderá adentrar o local de provas e participar do exame.

#### 10. DA PROVA OBJETIVA

10.1 A Prova Objetiva, de natureza classificatória e eliminatória, valerá 100 (cem) pontos e abrangerá os objetos de avaliação constantes do ANEXO III deste Edital.

10.2 A Prova Objetiva será constituída de 50 (cinquenta) questões numeradas sequencialmente, cada uma com 05 (cinco) opções de resposta identificadas da letra "a" até a letra "e", sendo somente uma delas correta face ao proposto no respectivo enunciado.

10.3 Para que possa obter pontuação na questão, o candidato deverá marcar uma, e somente uma, das opções na folha de respostas.

10.3.1 A folha de respostas será corrigida por meio de processamento eletrônico, observada a segurança, a integridade, a inviolabilidade e a auditoria dos dados.

10.4 Cada questão terá valor de 02 (dois) pontos, totalizando 100 (cem) pontos para a Prova Objetiva.

10.5 Os candidatos que não alcançarem o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de acertos das questões da Prova Objetiva estarão automaticamente eliminados do concurso público.

10.6 O candidato deverá transcrever as respostas da Prova Objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por motivo de erro do candidato.

10.7 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este Edital ou com a folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não preenchido integralmente.

10.8 O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento eletrônico.

10.9 O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade.

10.10 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para auxílio no preenchimento/auxílio na leitura. Nesse caso, o candidato será acompanhado pelo aplicador especializado do CEFET-MG devidamente treinado e as respostas fornecidas serão gravadas em áudio.

10.11 Será anulada a Prova Objetiva do candidato que não devolver a sua folha de respostas.

10.12 O CEFET-MG disponibilizará o link de consulta da imagem da folha de respostas dos candidatos que realizaram a Prova Objetiva, exceto a dos candidatos eliminados na forma dos itens 19.25 e 19.27 deste Edital, no endereço eletrônico oficial do presente concurso, em até 05 (cinco) dias úteis a partir da data de divulgação das notas apuradas na Prova Objetiva. A consulta à referida imagem ficará disponível por até 30 (trinta) dias corridos da data de publicação do Resultado Final do concurso público.

10.12.1 Após o prazo determinado no item 10.12 deste Edital, não serão aceitos pedidos de disponibilização da imagem da folha de respostas.

#### 10.13 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

10.13.1 A Prova Objetiva será corrigida por meio de processamento eletrônico da folha de respostas.

10.13.2 A nota em cada questão da Prova Objetiva, apurada com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 2,00 (dois) pontos, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; 0,00 (zero) ponto, (i) caso a resposta do candidato esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova, (ii) caso não haja marcação adequada e suficiente ou (iii) se houver marcação de mais de uma resposta.

#### 10.14 DOS GABARITOS OFICIAIS PRELIMINARES DA PROVA OBJETIVA

10.14.1 Os gabaritos oficiais preliminares da Prova Objetiva serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico oficial do presente concurso, a partir das 19h00 da data provável estabelecida no cronograma constante do ANEXO IV deste Edital.

10.14.2 O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares da Prova Objetiva terá o período estabelecido no cronograma constante do ANEXO IV deste Edital para fazê-lo.

10.14.3 Para recorrer contra os gabaritos oficiais preliminares da Prova Objetiva, o candidato deverá utilizar o Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, disponível no endereço eletrônico oficial do presente concurso, e seguir as instruções ali contidas.

10.14.4 O candidato poderá, ainda, no período de que trata o item 10.14.2 deste Edital, apresentar razões para a manutenção do gabarito, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, disponível no endereço eletrônico oficial do presente concurso, e seguir as instruções ali contidas.

10.14.5 Todos os recursos serão analisados, e as justificativas das alterações/anulações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico oficial do presente concurso. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

10.14.6 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

10.14.7 O recurso não poderá conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique seu autor, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

10.14.8 Se do exame de recursos resultar a anulação de item/questão integrante de prova, a pontuação correspondente a esse(a) item/questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

10.14.9 Se houver alteração de item/questão integrante de prova, por força de impugnações de gabarito oficial preliminar, tal alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

10.14.10 Se houver alteração de gabarito oficial preliminar ou de item/questão integrante de prova adaptada, em razão de erro material na adaptação da prova, essa alteração valerá somente aos candidatos que realizaram a referida prova adaptada, independentemente de terem recorrido.

10.14.11 Não será aceito recurso via postal, via fax, via requerimento administrativo, via correio eletrônico ou, ainda, fora do prazo.

10.14.12 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso contra os gabaritos oficiais definitivos.

10.14.13 Recursos cujo teor despreze a banca serão preliminarmente indeferidos.

#### 10.15 DO RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA E RECURSO APLICÁVEL

10.15.1 Com base nos gabaritos oficiais definitivos da Prova Objetiva serão apuradas as notas dos candidatos presentes no dia de aplicação das provas da Primeira Fase, exceto os eliminados na forma dos itens 19.25 e 19.27 deste Edital.

10.15.2 O resultado preliminar da Prova Objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico oficial do presente concurso, na data provável estabelecida no cronograma constante do ANEXO IV deste Edital.

10.15.3 Antes da divulgação do resultado preliminar, para fins de desempate, se necessário, o CEFET-MG poderá exigir dos candidatos envolvidos a apresentação dos documentos previstos na subseção 10.17.

10.15.4 O candidato que desejar interpor recurso contra o resultado preliminar da Prova Objetiva terá o período estabelecido no cronograma constante do ANEXO IV deste Edital para fazê-lo.

10.15.5 Para recorrer contra o resultado preliminar da Prova Objetiva, o candidato deverá utilizar o Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, disponível no endereço eletrônico oficial do presente concurso, e seguir as instruções ali contidas.

#### 10.16 DO RESULTADO DEFINITIVO DA PROVA OBJETIVA

10.16.1 A nota global na Prova Objetiva será igual à soma das notas obtidas em todos os itens/questões que a compõem, conforme apuração descrita no item 10.13.2.

10.16.2 Será reprovado na Prova Objetiva e eliminado do concurso público o candidato que obtiver nota global inferior a 50,00 (cinquenta) pontos no conjunto das disciplinas avaliadas na referida prova.

10.16.3 O candidato eliminado na forma do item 10.16.2 deste Edital não terá classificação alguma no concurso público.

10.16.4 Os candidatos não eliminados na forma do item 10.16.2 serão ordenados de acordo com os valores decrescentes da nota global na Prova Objetiva.



10.16.5 O Edital (ou informativo) de resultado definitivo na Prova Objetiva será publicado no Diário Oficial da União e divulgado na Internet, no endereço eletrônico oficial do presente concurso, na data provável estabelecida no cronograma constante do ANEXO IV deste Edital.

10.16.6 Do resultado definitivo na Prova Objetiva não caberá recurso.

10.17 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE NA PROVA OBJETIVA

10.17.1 Em caso de empate na nota global da PROVA OBJETIVA, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

a) tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste concurso, conforme art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/03 e suas alterações (Estatuto do Idoso)

b) obteve a maior nota na disciplina CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

c) obteve a maior nota na disciplina LÍNGUA PORTUGUESA

d) obteve a maior nota na disciplina RACIOCÍNIO ANALÍTICO

e) obteve a maior nota na disciplina INFORMÁTICA BÁSICA, se houver para o cargo

f) tiver maior idade

g) tiver exercido a função de jurado, conforme art. 440 do CPP (Código de Processo Penal)

10.17.2 Caso necessário, o CEFET-MG exigirá a apresentação de documentos comprobatórios da situação do candidato quanto aos critérios de desempate, inclusive relativo à alínea "a" do item 10.17.1.

10.17.3 O critério constante da alínea "a" do item 10.17.1 não se refere à comparação da idade entre os candidatos empatados, mas entre a idade de cada um deles, separadamente, com o valor limite previsto na Lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso).

10.17.4 Os candidatos que seguirem empatados até a aplicação da alínea "f" do item 10.17.1 deste Edital serão convocados, antes do resultado preliminar da Prova Objetiva, para a apresentação da imagem legível da certidão de nascimento para verificação do horário do nascimento para fins de desempate, se necessário.

10.17.5 Para os candidatos convocados para apresentação da certidão de nascimento que não apresentarem a imagem legível da certidão de nascimento, será considerada como hora de nascimento 23h 59min e 59seg.

10.17.6 Os candidatas a que se refere a alínea "g" do item 10.17.1 deste Edital poderão ser convocados para o desempate de notas, antes do resultado preliminar da Prova Objetiva, para a entrega da documentação que comprovará o exercício da função de jurado.

10.17.7 Para fins de comprovação da função citada no item 10.17.6 deste Edital, serão aceitas certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008, data da entrada em vigor da Lei Federal nº 11.689/08.

11. DA PROVA DISCURSIVA

11.1 A Prova Discursiva será aplicada concomitantemente com a Prova Objetiva.

11.2 A Prova Discursiva, de natureza classificatória e eliminatória, valerá 100 (cem) pontos, assim divididos:

a) Bloco 1 | 60 (sessenta) pontos - 1 (Uma) REDAÇÃO de texto dissertativo-argumentativo, de até 30 (trinta) linhas, a respeito de TEMA GERAL indicado pela banca examinadora

b) Bloco 2 | 40 (quarenta) pontos - 2 (Duas) QUESTÕES (do tipo "aberta") de 20 (vinte) pontos, de até 10 (dez) linhas cada, abordando de forma teórico-prática os objetos de avaliação da disciplina CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS do cargo (ANEXO III), com foco na rotina aplicada de trabalho da profissão.

11.3 A Prova Discursiva será avaliada e pontuada segundo os critérios estabelecidos no item 11.7 deste Edital.

11.4 O texto definitivo da Prova Discursiva deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, o candidato será acompanhado por aplicador especializado do CEFET-MG devidamente treinado, para quem deverá ditar o texto o qual será gravado em áudio, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

11.5 A folha de texto definitivo da Prova Discursiva NÃO deverá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da Prova Discursiva. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da Prova Discursiva.

11.5.1 A folha de texto definitivo será o único documento válido para avaliação da Prova Discursiva. A folha para rascunho do caderno de provas é de preenchimento facultativo e não é válida para a avaliação da Prova Discursiva.

11.6 A folha de texto definitivo não será substituída por motivo de erro do candidato em seu preenchimento ou por dano causado por ele no seu manuseio.

11.7 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA

11.7.1 Será corrigida a Prova Discursiva do candidato que estiver entre aqueles de melhor pontuação na Prova Objetiva e não-eliminados nos termos do item 10.16.2, observado o limite quantitativo de correções, por cargo e modalidade de concorrência, indicado no QUADRO V.

11.7.2 Ressalvado o disposto no item 11.7.3, o limite quantitativo de correções indicado no QUADRO V não poderá ser ultrapassado e observará a lista de resultado da Prova Objetiva ordenada após a aplicação dos critérios de desempate previstos na subseção 10.17.

11.7.3 Não havendo candidatos suficientes para alcançar o valor limite de correções indicado para as filas de PcD e negros, o saldo remanescente será transferido para a fila de ampla concorrência, de modo que o total de correções previsto para o cargo possa ser atingido, se possível.

11.7.4 Para fins de contagem de candidatos em cada fila de concorrência e considerando a incidência da hipótese de ocupação de posição de classificação, por um mesmo candidato, na lista de ampla concorrência e numa lista de vagas reservadas (PcD e/ou negros, conforme for o caso), observar-se-á o disposto nos itens 6.10 e 7.11 deste Edital, de modo que a correção de sua Prova Discursiva afetará apenas o saldo da ampla concorrência indicado no QUADRO V.

Quadro V - Limite quantitativo de correções de Provas Discursivas

CARGO	MUNICÍPIO DE LOTAÇÃO (MG)	VAGAS + CR (Quadro II)			Nº LIMITE DE CORREÇÕES			
		AC	NEG	PcD	AC	NEG	PcD	TOTAL
Técnico de Laboratório - Área Eletromecânica	Araxá	03	01	01	30	10	10	50
Técnico de Laboratório - Área Computação	Timóteo	03	01	01	30	10	10	50
Técnico de Tecnologia da Informação - Infraestrutura de TIC	Belo Horizonte	03	01	01	30	10	10	50
Bibliotecário-Documentalista	Leopoldina	03	01	01	30	10	10	50
Enfermeiro	Belo Horizonte	03	01	01	30	10	10	50

11.7.5 Os acrônimos utilizados no QUADRO V referem-se a: Ampla Concorrência (AC); Negros (NEG); Pessoas com Deficiência (PcD).

11.7.6 O candidato cuja Prova Discursiva não for corrigida na forma da subseção 11.7 deste Edital estará automaticamente eliminado e não terá classificação final no concurso.

11.7.7 A Prova Discursiva avaliará o conteúdo (conhecimento do tema), a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa. O candidato deverá produzir texto dissertativo, conforme comandos formulados pela banca examinadora, primando pela coerência e pela coesão.

11.7.8 A Prova Discursiva de cada candidato será submetida a duas avaliações: (i) uma avaliação de conteúdo e (ii) uma avaliação do domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa.

11.7.9 A avaliação de conteúdo será feita de forma independente e por, pelo menos, 2 (dois) examinadores, para cada componente (Bloco 1 | Bloco 2-Questão A | Bloco 2-Questão B) indicado no item 11.2. A nota de conteúdo do candidato (por componente) será obtida pela média aritmética de duas notas convergentes atribuídas por examinadores distintos.

11.7.9.1 Duas notas de conteúdo (independentes por componente) serão consideradas convergentes se diferirem em até:

a) Para o Bloco 1: 6,00 (seis) pontos

b) Para o Bloco 2-Questão A: 4,00 (quatro) pontos

c) Para o Bloco 2-Questão B: 4,00 (quatro) pontos

11.7.9.2 Caso as duas primeiras correções de um componente diverjam acima do valor fixado no item 11.7.9.1, outras correções serão realizadas até que duas notas converjam.

11.7.10 A Prova Discursiva será corrigida conforme os critérios a seguir:

a) a apresentação, a estrutura textual e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo em cada componente da Prova Discursiva (NC<sub>1</sub>, NC<sub>a</sub> e NC<sub>b</sub>), cuja pontuação máxima será limitada ao valor fixado no item 11.2

b) a avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (NE) do candidato, considerando-se aspectos tais como: grafia, morfossintaxe e propriedade vocabular

c) será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar o número máximo de linhas estabelecido

d) a correção da prova levará em conta o número de linhas (TL) efetivamente escrito pelo candidato em cada bloco ou questão da Prova Discursiva

e) será calculada, então, a Nota na Prova Discursiva (NPD) do candidato, por meio das equações (fórmulas) mostradas no QUADRO VI.

f) será atribuída nota zero, no respectivo componente da Prova Discursiva, ao texto que obtiver NB<sub>1</sub> < 0,00 (zero) ponto; NQ<sub>a</sub> < 0,00 (zero) ponto e/ou NQ<sub>b</sub> < 0,00 (zero) ponto

g) será eliminado o candidato que obtiver NPD < 50,00 (cinquenta) pontos

h) nos casos de fuga ao tema ou de não haver texto, o candidato receberá nota igual a zero, no respectivo componente da Prova Discursiva

Quadro VI - Equações para cálculo da nota da Prova Discursiva

Item	Equações (Fórmulas)	
F1	NPD = NB <sub>1</sub> + NB <sub>2</sub>	
F2 e F3	NB <sub>1</sub> = NC <sub>1</sub> - 12(NE <sub>1</sub> /TL <sub>1</sub> )	NC <sub>1</sub> = (K <sub>1</sub> + K <sub>2</sub> )/2, com   K <sub>1</sub> - K <sub>2</sub>   ≤ 6
F4	NB <sub>2</sub> = NQ <sub>a</sub> + NQ <sub>b</sub>	
F5 e F6	NQ <sub>a</sub> = NC <sub>a</sub> - 4(NE <sub>a</sub> /TL <sub>a</sub> )	NC <sub>a</sub> = (K <sub>3a</sub> + K <sub>4a</sub> )/2, com   K <sub>3a</sub> - K <sub>4a</sub>   ≤ 4
F7 e F8	NQ <sub>b</sub> = NC <sub>b</sub> - 4(NE <sub>b</sub> /TL <sub>b</sub> )	NC <sub>b</sub> = (K <sub>3b</sub> + K <sub>4b</sub> )/2, com   K <sub>3b</sub> - K <sub>4b</sub>   ≤ 4
Elemento	Descrição	
NPD	Nota da Prova Discursiva	
NB <sub>1</sub>	Nota do Bloco 1 da Prova Discursiva	
NB <sub>2</sub>	Nota do Bloco 2 da Prova Discursiva	
NC <sub>1</sub>	Nota de conteúdo no Bloco 1 da Prova Discursiva	
NE <sub>1</sub>	Número de erros no Bloco 1 da Prova Discursiva	
TL <sub>1</sub>	Total de linhas escritas pelo candidato no Bloco 1 da Prova Discursiva	
K <sub>1</sub>	Nota do Corretor 1 para o conteúdo do Bloco 1 da Prova Discursiva	
K <sub>2</sub>	Nota do Corretor 2 para o conteúdo do Bloco 1 da Prova Discursiva	
NQ <sub>a</sub>	Nota da Questão A do Bloco 2 da Prova Discursiva	
NQ <sub>b</sub>	Nota da Questão B do Bloco 2 da Prova Discursiva	
NC <sub>a</sub>	Nota de conteúdo na Questão A do Bloco 2 da Prova Discursiva	
NE <sub>a</sub>	Número de erros na Questão A do Bloco 2 da Prova Discursiva	
TL <sub>a</sub>	Total de linhas escritas pelo candidato na Questão A do Bloco 2 da Prova Discursiva	
K <sub>3a</sub>	Nota do Corretor 3 para o conteúdo da Questão A do Bloco 2 da Prova Discursiva	
K <sub>4a</sub>	Nota do Corretor 4 para o conteúdo da Questão A do Bloco 2 da Prova Discursiva	
NC <sub>b</sub>	Nota de conteúdo na Questão B do Bloco 2 da Prova Discursiva	
NE <sub>b</sub>	Número de erros na Questão B do Bloco 2 da Prova Discursiva	
TL <sub>b</sub>	Total de linhas escritas pelo candidato na Questão B do Bloco 2 da Prova Discursiva	
K <sub>3b</sub>	Nota do Corretor 3 para o conteúdo da Questão B do Bloco 2 da Prova Discursiva	
K <sub>4b</sub>	Nota do Corretor 4 para o conteúdo da Questão B do Bloco 2 da Prova Discursiva	

11.7.11 Será anulada a Prova Discursiva do candidato que não devolver sua(s) folha(s) de texto(s) definitivo(s).

11.7.12 O candidato eliminado na forma da alínea "g" do item 11.7.10 ou que se enquadrar no item 11.7.11 deste Edital não terá classificação final no concurso.





13.12.4 Recurso cujo teor desrespeite a comissão avaliadora será preliminarmente indeferido.

13.12.5 Não será aceito recurso via postal, via fax, via requerimento administrativo, via correio eletrônico, fora do prazo ou em desacordo com este Edital.

13.12.6 No período de interposição de recurso, não haverá possibilidade de envio de documentação pendente ou complementação desta.

13.12.7 O candidato deverá verificar se a sua solicitação de isenção de taxa foi deferida, após a análise dos recursos, a partir da data provável estabelecida no cronograma constante do ANEXO IV deste Edital, no endereço eletrônico oficial do presente concurso.

13.13 O candidato cuja solicitação de isenção for indeferida deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o dia estabelecido no cronograma constante do ANEXO IV deste Edital, sob pena de não ter a sua inscrição homologada e ser automaticamente excluído do concurso público.

#### 14. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS EM CONDIÇÕES ESPECIAIS (ATENDIMENTO ESPECIAL)

14.1 O candidato que necessitar de atendimento especial e(ou) adaptação de provas, EM QUALQUER DAS FASES DO CONCURSO, deverá, conforme o prazo descrito no item 14.7 deste Edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a(s) opção(ões) correspondente(s) aos recursos especiais necessários

b) enviar, via upload, a imagem de parecer com justificativa emitido por equipe multiprofissional e interdisciplinar nos últimos 12 (doze) meses anteriores à publicação deste Edital, contendo as assinaturas e os carimbos dos profissionais especializados com os números de suas inscrições nos respectivos conselhos fiscalizadores das profissões, conforme as suas especialidades

14.1.1 Caso os recursos especiais de que o candidato necessite para a realização das provas não estejam entre aqueles elencados no sistema eletrônico de inscrição, o candidato deverá assinalar o campo OUTROS dessa lista de opções e, em seguida, descrever, no espaço destinado para esse fim, os recursos especiais necessários para a realização das provas.

14.1.2 Os recursos especiais solicitados pelo candidato para a realização das provas deverão ser justificados pelo parecer por ele apresentado, sendo que:

a) recursos especiais solicitados que não sejam respaldados pelo parecer serão indeferidos

b) eventuais recursos que sejam citados no parecer do candidato, mas que não sejam por ele solicitados no sistema eletrônico de inscrição não serão considerados na análise da solicitação de atendimento especial do candidato

14.1.3 O pedido do recurso TEMPO ADICIONAL será cabível e analisado, exclusivamente, para os casos previstos nos itens 14.3 e 14.4 deste Edital, sendo indeferida, preliminarmente, qualquer solicitação que neles não se enquadre.

14.2 Aplica-se o mesmo procedimento indicado no item 14.1 (e seus subitens) ao candidato que, por motivo de doença ou por limitação física, necessitar utilizar, durante a realização das provas do concurso, objetos, dispositivos ou próteses cujo uso não esteja expressamente previsto/permitido neste Edital nem relacionado nas opções de recursos especiais necessários elencadas no sistema eletrônico de inscrição.

14.3 O candidato com deficiência (PcD) que necessitar de tempo adicional para a realização das provas do concurso deverá, conforme o prazo descrito no item 14.7 deste Edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à solicitação de tempo adicional para realização das provas

b) enviar, via upload, a imagem de parecer com justificativa, emitido nos últimos 12 (doze) meses antes da publicação deste Edital por equipe multiprofissional e interdisciplinar formada por 3 (três) profissionais, entre eles 1 (um) médico, contendo as assinaturas e os carimbos dos profissionais especializados com o número de suas inscrições nos respectivos conselhos fiscalizadores das profissões, conforme as suas especialidades

14.3.1 O candidato que teve o atendimento especial de tempo adicional deferido para a realização de suas provas, que não seja considerado pessoa com deficiência na avaliação biopsicossocial, será eliminado do concurso, por descumprir o item 19.3 deste Edital.

14.4 A candidata que for amparada pela Lei 13.872/19 e necessitar amamentar criança de até 6 (seis) meses de idade durante a realização das provas do concurso deverá, conforme o prazo descrito no item 14.7 deste Edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à necessidade de amamentar durante a realização das provas do concurso; e

b) enviar, via upload, a imagem da certidão de nascimento da criança que comprove que a criança terá até 6 (seis) meses de idade no(s) dia(s) de realização das provas do concurso. Caso a criança ainda não tenha nascido, a imagem da certidão de nascimento poderá ser substituída por imagem do documento emitido pelo médico obstetra, com o respectivo CRM, que ateste a data provável do nascimento.

14.4.1 A candidata deverá levar, no(s) dia(s) de realização das provas do concurso, um acompanhante adulto que ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante adulto NÃO poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

14.4.2 O CEFET-MG não disponibilizará acompanhante para guarda de criança.

14.4.3 A candidata terá, caso cumpra o disposto nos itens 14.4 e 14.4.1, o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 02 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos. O tempo despendido pela amamentação será compensado durante a realização das provas em igual período, nos termos do parágrafo 2º do art. 4º da Lei 13.872/19.

14.4.4 Caso a candidata utilize mais de 1 (uma) hora para amamentar, será concedida, no máximo, 1 (uma) hora de compensação.

14.5 O candidato transexual ou travesti que desejar ser tratado pelo nome social, nos termos do Decreto 8.727/16, deverá, conforme o prazo descrito no item 14.7 deste Edital, assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à utilização de nome social durante a realização das provas, informando o nome e o sobrenome pelos quais deseja ser tratado.

14.5.1 As publicações referentes aos candidatos transexuais e travestis serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil.

14.6 O candidato que for amparado pela Lei 10.826/03, e suas alterações, e necessitar comparecer às provas do concurso armado deverá, conforme prazo descrito no item 14.7 deste Edital:

a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à necessidade de portar arma durante realização das provas; e

b) enviar, via upload, a imagem do Certificado de Registro de Arma de Fogo e da Autorização de Porte, conforme definidos na referida lei.

14.6.1 Os candidatos que não forem amparados pela Lei 10.826/03, e suas alterações, não poderão portar armas no ambiente de realização das provas do concurso.

14.7 A documentação citada nos itens 14.1 a 14.6 deste Edital deverá ser enviada de forma legível no período de inscrição estabelecido no cronograma constante do ANEXO IV deste Edital, via upload, por meio de link específico no endereço eletrônico oficial do presente concurso. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior, ou a critério do CEFET-MG.

14.7.1 O fornecimento da documentação é de responsabilidade exclusiva do candidato.

14.7.2 O CEFET-MG não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dessa documentação a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio. Esses documentos, que valerão somente para este concurso, não serão devolvidos nem deles serão fornecidas cópias.

14.7.3 Somente serão aceitas imagens que estejam nas extensões ".pdf", ".png", ".jpeg" e ".jpg". O tamanho de cada imagem submetida deverá atender ao limite especificado no sistema eletrônico de inscrição.

14.8 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação a que se referem os itens 14.1 a 14.6 deste Edital. Caso seja solicitado pelo CEFET-MG, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.

14.9 O candidato que não solicitar atendimento especial no sistema eletrônico de inscrição e não especificar quais os recursos serão necessários para prestação do concurso não terá atendimento especial, ainda que faça o envio, via upload, da documentação prevista nos itens 14.1 a 14.6 deste Edital. Apenas o envio do parecer/documentação não é suficiente para a obtenção do atendimento especial.

14.10 No caso de solicitação de atendimento especial que envolva a utilização de recursos tecnológicos, se ocorrer eventual falha desses recursos no(s) dia(s) de aplicação das provas, poderá ser disponibilizado atendimento alternativo, observadas as condições de viabilidade.

14.11 A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

14.12 O candidato deverá verificar se a sua solicitação de atendimento especial foi deferida a partir da data provável estabelecida no cronograma constante do ANEXO IV deste Edital, no endereço eletrônico oficial do presente concurso.

14.12.1 O candidato com a solicitação de atendimento especial indeferida poderá, no período estabelecido no cronograma constante do ANEXO IV deste Edital, no endereço eletrônico oficial do presente concurso, interpor recurso contra o indeferimento por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

14.12.2 O CEFET-MG não arcará com prejuízos advindos de problemas de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação e de outros fatores, de responsabilidade do candidato, que impossibilitem a interposição de recurso.

14.12.3 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

14.12.4 Recurso cujo teor desrespeite a comissão avaliadora será preliminarmente indeferido.

14.12.5 Não será aceito recurso via postal, via fax, via requerimento administrativo, via correio eletrônico, fora do prazo ou em desacordo este Edital.

14.12.6 No período de interposição de recurso, não haverá possibilidade de envio de documentação pendente ou complementação desta.

14.12.7 O candidato deverá verificar se a sua solicitação de atendimento especial foi deferida, após análise dos recursos, a partir da data provável estabelecida no cronograma constante do ANEXO IV deste Edital, no endereço eletrônico oficial do presente concurso.

14.12.8 Ressalvadas as disposições especiais contidas neste Edital, os candidatos com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange ao horário e ao local de aplicação das provas, aos equipamentos utilizados, ao conteúdo, à correção das provas, aos critérios de aprovação, à nota mínima exigida para os outros candidatos e todas as demais normas de regência do concurso.

#### 15. DA AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL DOS CANDIDATOS A VAGAS RESERVADAS A PcD

15.1 Os candidatos concorrentes às vagas reservadas para pessoas com deficiência de melhor classificação após o somatório das notas das Provas Objetiva e Discursiva, não-eliminados nos termos do item 11.9.2, serão convocados, nos limites do item 15.1.1, para realizar a avaliação biopsicossocial.

15.1.1 Será convocada para a avaliação biopsicossocial, por cargo, a quantidade limite de candidatos estabelecida no QUADRO VIII, a qual está baseada em 3 (três) vezes o somatório do número de vagas e o cadastro-reserva destinado às pessoas com deficiência (Seção 5) ou 10 (dez) candidatos, o que for maior.

15.1.2 O limite quantitativo de convocações indicado no QUADRO VIII não poderá ser ultrapassado e observará um painel a ser publicado com o somatório das notas das Provas Objetiva e Discursiva, ordenado por meio da aplicação dos critérios de desempate previstos na subseção 18.13 (excetuando-se a nota relativa à Prova Prática ou Teórico-Prática, conforme o cargo).

Quadro VIII - Quantitativo de convocados para avaliação biopsicossocial

CARGO	MUNICÍPIO DE LOTAÇÃO (MG)	VAGAS + CR (Quadro II)			Nº LIMITE DE CONVOCADOS
		L3	L6	TOTAL (PcD)	
Técnico de Laboratório - Área Eletromecânica	Araxá	-	01	01	10
Técnico de Laboratório - Área Computação	Timóteo	-	01	01	10
Técnico de Tecnologia da Informação - Infraestrutura de TIC	Belo Horizonte	-	01	01	10
Bibliotecário-Documentalista	Leopoldina	-	01	01	10
Enfermeiro	Belo Horizonte	-	01	01	10

15.2 Os acrônimos utilizados no QUADRO VIII referem-se a: Cadastro-Reserva (CR); Pessoas com Deficiência (PcD); Lista 3 (L3); Lista 6 (L6). L3 e L6 fazem referência às colunas com a mesma identificação presentes no QUADRO II.

15.3 As avaliações biopsicossociais para todos os cargos e respectivas vagas destinadas a candidatos com deficiência serão realizadas, EXCLUSIVAMENTE, na cidade de Belo Horizonte/MG.

15.4 A banca para avaliação biopsicossocial, formada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, emitirá parecer que observará:

a) as informações prestadas pelo candidato no ato de inscrição no concurso público

b) a natureza das atribuições e das tarefas essenciais ao cargo, do emprego ou da função a desempenhar

c) a viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas

d) a possibilidade de uso, pelo candidato, de equipamentos ou de outros meios que utilize de forma habitual

e) o resultado da avaliação com base no disposto no § 1º do art. 2º da Lei 13.146/15, sem prejuízo da adoção de critérios adicionais

f) a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada pelo candidato, na forma do item 15.5 deste Edital

15.5 A compatibilidade entre as atividades e atribuições típicas do respectivo cargo e a deficiência apresentada pelo candidato será verificada pela avaliação biopsicossocial promovida por equipe multiprofissional e interdisciplinar, a qual poderá declarar, respeitando critérios objetivos, a inaptidão de candidato cujas necessidades especiais impossibilite o exercício das atribuições inerentes ao cargo para o qual estiver concorrendo.

15.6 Os candidatos deverão comparecer à avaliação biopsicossocial com 1 (uma) hora de antecedência, munidos de documento de identidade original e de parecer de equipe multiprofissional e interdisciplinar (original ou cópia autenticada em cartório), emitido no máximo nos 12 (doze) meses anteriores à avaliação, que ateste a espécie e o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao CID-10, bem como a provável causa da deficiência, conforme item 6.4.1 e de acordo com o modelo constante do ANEXO II deste Edital, e, se for o caso, de exames complementares específicos que comprovem a deficiência.

15.6.1 O parecer de equipe multiprofissional e interdisciplinar (original ou cópia autenticada em cartório) trazido pelo candidato será retido pelo CEFET-MG por ocasião da realização da avaliação biopsicossocial e não será devolvido em hipótese alguma.

15.7 Quando se tratar de deficiência auditiva, o candidato deverá apresentar, além de parecer de equipe multiprofissional e interdisciplinar, exame audiométrico - audiometria (original ou cópia autenticada em cartório) realizado no máximo nos 12 (doze) meses anteriores à data de realização da avaliação biopsicossocial.



15.8 Quando se tratar de deficiência visual, o parecer de equipe multiprofissional e interdisciplinar deverá conter informações expressas sobre a acuidade visual aferida com e sem correção e sobre a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos.

15.9 Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência o candidato que, por ocasião da avaliação biopsicossocial:

a) não apresentar parecer de equipe multiprofissional e interdisciplinar (original ou cópia autenticada em cartório)

b) apresentar parecer de equipe multiprofissional e interdisciplinar em período superior a 12 (doze) meses anteriores à data de realização da avaliação biopsicossocial

c) deixar de cumprir as exigências de que tratam os itens 15.7 e 15.8 deste Edital

d) não for considerado pessoa com deficiência na avaliação biopsicossocial

e) não comparecer à avaliação biopsicossocial

f) evadir-se do local de realização da avaliação biopsicossocial sem passar por todos os procedimentos previstos para essa avaliação

g) não apresentar o documento de identidade original, na forma definida no item 19.9 deste Edital

15.10 O candidato que NÃO for considerado pessoa com deficiência na avaliação biopsicossocial passará a figurar apenas na lista de ampla concorrência, desde que tenha nota suficiente para estar inserido entre esses candidatos e observados os limites de aprovados ou convocados na fase correspondente do concurso.

15.11 O candidato com deficiência reprovado na avaliação biopsicossocial em razão de incompatibilidade da deficiência com o exercício normal das atividades e atribuições típicas do respectivo cargo a que concorre será eliminado do concurso.

16. DA HETEROIDENTIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS A VAGAS RESERVADAS PARA NEGROS

16.1 A autodeclaração do candidato goza da presunção relativa de veracidade e terá validade somente para este concurso público.

16.1.1 A autodeclaração do candidato será confirmada mediante procedimento de heteroidentificação.

16.2 Considera-se procedimento de heteroidentificação a identificação por terceiros da condição autodeclarada.

16.3 Os candidatos que se autodeclararam negros de melhor classificação após o somatório das notas das Provas Objetiva e Discursiva, não-eliminados nos termos do item 11.9.2, serão convocados, nos limites do item 16.3.1, para realizar o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros.

16.3.1 Será convocada para o procedimento de heteroidentificação, por cargo, a quantidade limite de candidatos estabelecida no QUADRO IX, a qual está baseada em 3 (três) vezes o somatório do número de vagas e o cadastro-reserva destinado às pessoas negras (Seção 5) ou 10 (dez) candidatos, o que for maior.

16.3.2 O limite quantitativo de convocações indicado no QUADRO IX não poderá ser ultrapassado e observará um painel a ser publicado com o somatório das notas das Provas Objetiva e Discursiva, ordenado por meio da aplicação dos critérios de desempate previstos na subseção 18.13 (excetuando-se a nota relativa à Prova Prática ou Teórico-Prática, conforme o cargo).

Quadro IX - Quantitativo de convocados para heteroidentificação

CARGO	MUNICÍPIO DE LOTAÇÃO (MG)	VAGAS + CR (Quadro II)			Nº LIMITE DE CONVOCADOS
		L2	L5	TOTAL (NEG)	
Técnico de Laboratório - Área Eletromecânica	Araxá	-	01	01	10
Técnico de Laboratório - Área Computação	Timóteo	-	01	01	10
Técnico de Tecnologia da Informação - Infraestrutura de TIC	Belo Horizonte	-	01	01	10
Bibliotecário-Documentalista	Leopoldina	-	01	01	10
Enfermeiro	Belo Horizonte	-	01	01	10

16.4 Os acrônimos utilizados no QUADRO IX referem-se a: Cadastro-Reserva (CR); Negros (NEG); Lista 2 (L2); Lista 5 (L5). L2 e L5 fazem referência às colunas com a mesma identificação presentes no QUADRO II.

16.5 Os candidatos habilitados dentro do quantitativo previsto no item 16.3.1 deste Edital serão convocados para participarem do procedimento de heteroidentificação, o qual poderá ocorrer no modo presencial ou telepresencial, a critério do CEFET-MG.

16.5.1 Sendo presencial, o candidato fará a heteroidentificação no município da vaga a que concorre.

16.5.2 A critério do CEFET-MG, poderá ser solicitado ao candidato que confirme, em momento oportuno, sua participação no procedimento de heteroidentificação.

16.6 Para o procedimento de heteroidentificação, na forma da Portaria Normativa MPDG/SGP nº 04/2018, o candidato que se autodeclarou negro deverá se apresentar à comissão de heteroidentificação.

16.6.1 A comissão de heteroidentificação será composta por 5 (cinco) integrantes e seus suplentes, que não terão seus nomes divulgados, e deverá ter seus integrantes distribuídos por gênero, cor e, preferencialmente, naturalidade.

16.6.2 Os currículos dos integrantes da comissão de heteroidentificação serão disponibilizados no endereço eletrônico oficial do presente concurso, no dia de divulgação do documento de convocação para essa fase.

16.7 O procedimento de heteroidentificação será filmado pelo CEFET-MG para fins de registro de avaliação e para uso da comissão de heteroidentificação.

16.7.1 O candidato que se recusar a ser filmado no procedimento de heteroidentificação será eliminado do concurso público, dispensada a convocação suplementar de candidatos não habilitados.

16.8 A comissão de heteroidentificação utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelo candidato.

16.8.1 O fenótipo é definido como o conjunto de características do indivíduo - tais como a cor da pele, a textura do cabelo e os formatos do rosto, lábios e nariz - que combinados ou não, permitirão ratificar ou invalidar a autodeclaração. A heteroidentificação NÃO é se orienta pela ascendência do candidato, ou seja, por quem são os seus pais, avós ou bisavós, mas pelas características físicas (fenótipo) do próprio candidato.

16.8.2 Serão consideradas as características fenotípicas do candidato ao tempo de realização do procedimento de heteroidentificação, sendo vedado o uso de subterfúgios para simulação das características fenotípicas, sob pena de eliminação do concurso.

16.8.3 Não serão considerados, para fins do disposto no item 16.8 deste Edital, quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes a confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em concursos públicos federais, estaduais, distritais ou municipais.

16.9 A comissão de heteroidentificação deliberará pela maioria de seus membros, sob forma de parecer motivado.

16.9.1 As deliberações da comissão de heteroidentificação terão validade apenas para este concurso.

16.9.2 É vedado à comissão de heteroidentificação deliberar na presença dos candidatos.

16.9.3 O teor do parecer motivado será de acesso restrito, nos termos do art. 31 da Lei 12.527/11.

16.10 Será ELIMINADO do concurso o candidato que:

a) Tiver a sua declaração constatada como falsa pela comissão de heteroidentificação, conforme previsto no artigo 2º, parágrafo único, da Lei 12.990/14 e no §1º do artigo 11 da Portaria Normativa MPDG/SGP nº 04/2018 (alterado pela Portaria SGP/SEDGG/ME nº 14.635/2021)

b) Recusar-se a ser filmado

c) Não comparecer ao procedimento de heteroidentificação

16.10.1 A eliminação de candidato não enseja o dever de convocar suplementarmente candidatos não convocados para o procedimento de heteroidentificação.

16.10.2 Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será ELIMINADO do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

16.11 O enquadramento ou não do candidato na condição de pessoa negra não configura ato discriminatório de qualquer natureza.

16.12 O candidato cuja autodeclaração não for confirmada em procedimento de heteroidentificação concorrerá, exceto nos casos previstos no item 16.10, às vagas destinadas à ampla concorrência, se tiver classificação suficiente para tal, nos termos deste Edital.

16.13 O Edital (ou informativo) de resultado preliminar no procedimento de heteroidentificação será divulgado no endereço eletrônico oficial do presente concurso e terá a previsão de comissão recursal, que será composta de 3 (três) integrantes distintos dos membros da comissão de heteroidentificação, nos termos do respectivo Edital.

16.13.1 Os currículos dos integrantes da comissão recursal serão disponibilizados no endereço eletrônico oficial do presente concurso, durante o prazo de interposição de recurso contra o resultado preliminar no procedimento de heteroidentificação.

16.13.2 Em face de decisão que não confirmar a autodeclaração terá interesse recursal o candidato por ela prejudicado.

16.13.3 Em suas decisões, a comissão recursal deverá considerar a filmagem do procedimento para fins de heteroidentificação, o parecer emitido pela comissão ordinária e o conteúdo do recurso elaborado pelo candidato.

16.13.4 Das decisões da comissão recursal não caberá recurso.

17. DA SEGUNDA FASE DO CONCURSO PÚBLICO (PROVA PRÁTICA OU TEÓRICO-PRÁTICA)

17.1 Participará da Segunda Fase do concurso público o candidato convocado em Edital específico, devendo estar entre os mais bem classificados após o somatório das notas das Provas Objetiva e Discursiva, no limite quantitativo, por cargo e modalidade de concorrência, definido no QUADRO X.

17.1.1 Ressalvado o disposto no item 17.1.2, o limite quantitativo de convocações indicado no QUADRO X não poderá ser ultrapassado e observará o Painel de Notas da 1ª Fase (Prova Objetiva + Prova Discursiva) ordenado após a aplicação dos critérios de desempate previstos na subseção 18.13 (excetuando-se a nota relativa à Prova Prática ou Teórico-Prática, conforme o cargo).

17.1.2 Não havendo candidatos suficientes para alcançar os valores-limite de convocações indicados para as filas de PcD e negros, o saldo remanescente será transferido para a fila de ampla concorrência, de modo que o total de convocações previsto para o cargo possa ser atingido, se possível.

17.1.3 Na Segunda Fase, somente poderão continuar concorrendo às vagas reservadas a PcD e negros candidatos considerados aptos, respectivamente, na avaliação biopsicossocial e na heteroidentificação previstas neste Edital.

17.1.4 Para fins de contagem de candidatos em cada fila de concorrência e considerando a incidência da hipótese de ocupação de posição de classificação, por um mesmo candidato, na lista de ampla concorrência e numa lista de vagas reservadas (PcD e/ou negros, conforme for o caso), observar-se-á o disposto nos itens 6.10 e 7.11 deste Edital, de modo que a sua convocação para a Segunda Fase afetará apenas o saldo da ampla concorrência indicado no QUADRO X.

Quadro X - Limite quantitativo de convocações para a Segunda Fase

CARGO	MUNICÍPIO DE LOTAÇÃO (MG)	VAGAS + CR (Quadro II)			Nº LIMITE DE CONVOCAÇÕES			
		AC	NEG	PcD	AC	NEG	PcD	TOTAL
Técnico de Laboratório - Área Eletromecânica	Araxá	03	01	01	06	02	02	10
Técnico de Laboratório - Área Computação	Timóteo	03	01	01	09	03	03	15
Técnico de Tecnologia da Informação - Infraestrutura de TIC	Belo Horizonte	03	01	01	15	05	05	25
Bibliotecário-Documentalista	Leopoldina	03	01	01	18	06	06	30
Enfermeiro	Belo Horizonte	03	01	01	18	06	06	30

17.1.5 Os acrônimos utilizados no QUADRO X referem-se a: Ampla Concorrência (AC); Negros (NEG); Pessoas com Deficiência (PcD).

17.1.6 O candidato que não for convocado para a Segunda Fase estará automaticamente eliminado e não terá classificação final no concurso.

17.2 A SEGUNDA FASE do concurso avaliará habilidades e conhecimentos específicos aplicados no exercício do cargo a que se refere, tendo foco no exame de funções associadas ao âmbito e cotidiano profissional.

17.3 A Segunda Fase consistirá de 1 (uma) PROVA PRÁTICA ou TEÓRICO-PRÁTICA, conforme o cargo, tendo a caracterização informada nos itens 17.3.1 e 17.3.2.

17.3.1 PROVA PRÁTICA: O candidato deverá expressar - por meio da resolução de questões, enunciados-problema, roteiros ou seqüências de operações com o manuseio direto de artefatos, ferramentas, máquinas, equipamentos, instrumentos, programas (software) e/ou aplicativos -, o domínio de conteúdos aplicáveis ao exercício do cargo pretendido e de uso comum em diversas áreas do ambiente organizacional em que poderá vir a atuar. Nesse tipo de prova, o candidato poderá ou não, a critério da banca examinadora, ser observado por avaliadores especialistas, para julgamento e pontuação, enquanto fornece solução ao problema proposto.

17.3.2 PROVA TEÓRICO-PRÁTICA: Exigirá do candidato a produção de texto escrito analítico, crítico, argumentativo e/ou de natureza técnica relativo a tema próprio do contexto de atuação de sua profissão e cargo pretendido, a partir de enunciado ou situação-problema formulado pela banca examinadora. Nesse caso, o tema poderá vir a ser sorteado, no dia de prova, dentre uma lista de possíveis objetos de avaliação previamente divulgada pelo CEFET-MG, no Edital Complementar da SEGUNDA FASE mencionado no item 17.8.

17.4 A prova prática (ou teórico-prática), de natureza classificatória e eliminatória, valerá 100,00 (cem) pontos.

17.5 Os candidatos que não alcançarem o mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos pontos na Prova Prática ou Teórico-Prática (conforme o cargo) estarão automaticamente eliminados do concurso público.

17.6 A Prova Prática (ou Teórico-Prática) será aplicada na data provável estabelecida no cronograma constante do ANEXO IV deste Edital.



17.7 A Prova Prática (ou Teórico-Prática) será realizada na localidade de oferta da vaga a que o candidato concorre.

17.8 Os procedimentos e regras específicas aplicáveis à realização da SEGUNDA FASE (Prova Prática ou Teórico-Prática) serão divulgados, oportunamente, por meio de EDITAL COMPLEMENTAR.

17.8.1 O EDITAL COMPLEMENTAR previsto no item 17.8 informará, também, sobre:

- Confirmação da data, turno e duração da prova
- Objetos de avaliação (conteúdos suscetíveis de abordagem no exame)
- Quantidade e formato das questões ou ensaios, conforme o cargo
- Critérios de avaliação e correção de prova
- Forma de disponibilização, após o exame, dos padrões de resposta preliminares ou artefatos de correção de prova, conforme o cargo
- Recursos aplicáveis à fase
- Disponibilização de resultados
- Normas de conduta sanitária a serem observadas pelos candidatos

17.8.2 No dia da realização da Segunda Fase, o candidato convocado poderá ser solicitado, conforme o cargo e o tipo de prova prática aplicável, a manter-se em sala de espera enquanto aguarda o seu horário para prestação do exame.

### 18. DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO, HOMOLOGAÇÃO E NOMEAÇÕES

18.1 A pontuação máxima possível de ser alcançada pelo candidato no certame será de 300 (trezentos) pontos, distribuídos conforme QUADRO XI.

Quadro XI - Distribuição de Pontos do Concurso

FASE	COMPONENTE	NATUREZA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Primeira Fase	Prova Objetiva	Classificatória e Eliminatória	100 (Cem Pontos)
	Prova Discursiva	Classificatória e Eliminatória	100 (Cem Pontos)
Segunda Fase	Prova Prática ou Teórico-Prática	Classificatória e Eliminatória	100 (Cem Pontos)
TOTAL DE PONTOS DO CONCURSO			300 (Trezentos Pontos)

18.2 A nota final no concurso será o somatório das notas da Primeira Fase e da Segunda Fase.

18.3 Os candidatos serão ordenados de acordo com os valores decrescentes de suas notas finais no concurso, observados os critérios de desempate deste Edital.

18.4 No Resultado Final e se aprovado em todas as fases e procedimentos, o candidato a vaga reservada (PcD ou negro) constará, em relação ao cargo e localidade a que concorre, da lista de classificação específica de sua condição e da lista de ampla concorrência, tanto no nível regional (local) quanto geral (ou seja, do CEFET-MG como um todo, nesse caso, em decorrência do disposto no item 19.1).

18.5 O Edital (ou informativo) de Resultado Final no concurso público contemplará a relação dos candidatos aprovados dentro dos quantitativos previstos na Seção 5 deste Edital, aprovados em todas as fases do certame, em acordo com o disposto no Anexo II do Decreto 9.739/19.

18.5.1 Caso não haja candidato com deficiência aprovado ou não sendo preenchidas todas as vagas reservadas, serão contemplados os candidatos da listagem ampla em número correspondente, observada rigorosamente a ordem de classificação e o limite de candidatos definido pelo Decreto 9.739/19.

18.5.2 Caso não haja candidato negro aprovado ou não sendo preenchidas todas as vagas reservadas, serão contemplados os candidatos da listagem ampla em número correspondente, observada rigorosamente a ordem de classificação e o limite de candidatos definido pelo Decreto 9.739/19.

18.6 Considerando a incidência da hipótese de ocupação de posição de classificação, por um mesmo candidato, na lista de ampla concorrência e numa lista de vagas reservadas (PcD e/ou negros, conforme for o caso), observar-se-á o teor dos itens 6.10 e 7.11 deste Edital, de modo que a inserção dele no Resultado Final será contada apenas no quantitativo da ampla concorrência indicado no QUADRO II, sem prejuízo da colocação de seu nome em todas as listas aplicáveis.

18.6.1 A incidência da hipótese prevista no item 18.6 ensejará a inserção suplementar de candidato na fila de vagas reservadas correspondente (PcD e/ou negros, conforme for o caso), sem prejuízo da previsão da entrada de todos os empatados na última posição de classificação que for alcançada.

18.7 Se necessário e em função da existência de um número maior de aprovados no Resultado Final do que o limite inicialmente determinado no item 18.5, a Tabela de Alternância e Proporcionalidade indicada no QUADRO XII será atualizada, de modo a compatibilizar a quantidade de potenciais nomeações e o número de candidatos efetivamente constante do Resultado Final.

18.8 Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que tratam o item 18.5 deste Edital e o Anexo II do Decreto 9.739/19, ainda que tenham atingido nota mínima para aprovação, estarão automaticamente reprovados no concurso público.

18.9 Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados será considerado reprovado nos termos do disposto no artigo 39, § 3º, do Decreto 9.739/19, cabendo, nessa hipótese, ultrapassar o limite do Anexo II desse mesmo decreto e desempatá-los na forma da subseção 18.13 deste Edital.

18.10 O Resultado Final do concurso será divulgado na Internet, no endereço eletrônico oficial do presente concurso, na data provável estabelecida no cronograma constante do ANEXO IV deste Edital.

18.10.1 O candidato que desejar interpor recurso contra o Resultado Final do concurso terá o período estabelecido no cronograma constante do ANEXO IV deste Edital para fazê-lo.

18.10.2 Para recorrer contra o Resultado Final do concurso, o candidato deverá utilizar o Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, disponível no endereço eletrônico oficial do presente concurso, e seguir as instruções ali contidas.

18.11 O Edital de Resultado Final do concurso (após recursos) será publicado no Diário Oficial da União e divulgado na Internet, no endereço eletrônico oficial do presente concurso, na data provável estabelecida no cronograma constante do ANEXO IV deste Edital, cabendo dele recurso.

18.12 O concurso será homologado por ato do Diretor-Geral, a ser publicado no DOU (seção 3), em data posterior (ou simultânea) à publicação do Resultado Final (após recursos).

### 18.13 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE NA NOTA FINAL NO CONCURSO

18.13.1 Em caso de empate na nota final no concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste concurso, conforme art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso)
- obteve a maior nota na PROVA PRÁTICA ou TEÓRICO-PRÁTICA, conforme o cargo
- obteve a maior nota na PROVA DISCURSIVA
- obteve a maior nota na disciplina CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
- obteve a maior nota na disciplina LÍNGUA PORTUGUESA
- obteve a maior nota na disciplina RACIOCÍNIO ANALÍTICO
- obteve a maior nota na disciplina INFORMÁTICA BÁSICA, se houver para o cargo
- tiver maior idade
- tiver exercido a função de jurado (conforme artigo 440 do Código de Processo Penal)

18.13.2 Caso necessário, o CEFET-MG exigirá a apresentação de documentos comprobatórios da situação do candidato quanto aos critérios de desempate, inclusive relativo à alínea "a" do item 18.13.1.

18.13.3 O critério constante da alínea "a" do item 18.13.1 não se refere à comparação da idade entre os candidatos empatados, mas entre a idade de cada um deles, separadamente, com o valor limite previsto na Lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso).

18.13.4 Os candidatos que seguirem empatados até a aplicação da alínea "h" do item 18.13.1 deste Edital serão convocados, antes do Resultado Final do concurso, para a apresentação da imagem legível da certidão de nascimento para verificação do horário do nascimento para fins de desempate, se necessário.

18.13.5 Para os candidatos convocados para apresentação da certidão de nascimento que não apresentarem a imagem legível da certidão de nascimento, será considerada como hora de nascimento 23h 59min e 59seg.

18.13.6 Os candidatos a que se refere a alínea "i" do item 18.13.1 deste Edital serão convocados, antes do Resultado Final do concurso, para a entrega da documentação que comprovará o exercício da função de jurado.

18.13.7 Para fins de comprovação da função citada no item anterior, serão aceitas certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do artigo 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008, data da entrada em vigor da Lei 11.689/08.

### 18.14 DAS NOMEAÇÕES NA VIGÊNCIA INTEGRAL DO CONCURSO

18.14.1 A nomeação dos candidatos aprovados deverá obedecer à ordem de classificação, observados os critérios de alternância e de proporcionalidade entre a classificação da ampla concorrência e da reserva de vagas para os candidatos com deficiência e os candidatos negros.

18.14.2 Os critérios de alternância e de proporcionalidade na nomeação de candidatos aprovados considerarão a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

18.14.3 O QUADRO XII indica a fila de concorrência que deve ocupar cada nomeação que vier a ser feita na vigência do concurso, considerando a existência de vagas imediatas e eventuais novas vagas que possam surgir, no futuro.

Quadro XII - Tabela de Alternância e Proporcionalidade para Nomeações

NOMEAÇÃO	MODALIDADE DA VAGA
1ª	Ampla Concorrência
2ª	Ampla Concorrência
3ª	Reservada a pessoa negra
4ª	Ampla Concorrência
5ª	Reservada a pessoa com deficiência (PcD)

18.14.4 A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento de candidato ocupante de vaga implicará a sua substituição pelo próximo candidato com classificação subsequente, observando-se a mesma fila de concorrência específica ou, se esgotada, as filas autorizadas a suplementá-la.

18.14.5 O candidato aprovado a que se refere o item 18.4 ocupará, quando oportuno, a vaga que primeiro lhe alcançar (ampla concorrência ou reservada) em função da sequência de nomeação determinada pela Tabela de Alternância e Proporcionalidade fixada no QUADRO XII (item 18.14.3).

18.14.6 A nomeação será formalizada por ato do Diretor-Geral, publicado na Seção 2 do Diário Oficial da União, após a homologação e dentro do prazo de validade do concurso, observadas as condições operacionais, a conveniência, a oportunidade e a demanda institucional do CEFET-MG.

18.14.7 O candidato nomeado deverá tomar posse no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de sua nomeação.

18.14.8 O candidato aprovado deverá atender, no momento da posse, aos requisitos estabelecidos na Seção 4 deste Edital e apresentar a documentação exigida pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGEP), unidade organizacional responsável no CEFET-MG.

18.14.9 Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo previsto no item 18.14.7.

18.14.10 O candidato empossado deverá entrar em exercício no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias do ato de sua posse.

18.14.11 O candidato aprovado, nomeado e empossado, ao entrar em exercício das atividades do cargo, ficará sujeito ao estágio probatório por um período de 36 (trinta e seis) meses.

### 19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 As eventuais vagas que surgirem no prazo de validade do presente concurso para os cargos a que ele se refere serão preenchidas, prioritariamente, pelos candidatos classificados no seu Resultado Final (após os recursos), ainda que relativas a outros campi da Instituição.

19.1.1 Na inexistência de candidatos classificados para ocupar as vagas mencionadas no item 19.1, essas poderão ser objeto de redistribuição ou novo concurso, a critério da Administração.

19.1.2 O candidato aprovado convocado, eventualmente, para ocupar vaga em localidade (campus) diversa da original em que concorreu e que manifestar desinteresse pela vaga não será excluído do concurso, mantendo-se na mesma posição da lista de classificação local (regional), mas mudando para a posição de final de fila na lista geral do concurso no CEFET-MG como um todo, quando couber ao seu cargo.

19.2 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o concurso público contidas nos comunicados, neste Edital e em outros que vierem a ser publicados.

19.3 Todos os candidatos concorrerão em igualdade de condições, excetuados os casos específicos previstos na legislação vigente para o atendimento especializado para a realização das provas.

19.4 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso público no Diário Oficial da União e(ou) divulgados na Internet, no endereço eletrônico oficial informado na Seção 1.

19.4.1 Caso ocorram problemas de ordem técnica e(ou) operacional nos links referentes ao concurso, causados pelo CEFET-MG, que comprometam as funcionalidades sistêmicas ou gerem a indisponibilidade de serviços, os prazos de acesso a esses links serão automaticamente prorrogados, no mínimo, pelo tempo que durar a indisponibilidade ou que ficar comprometida a funcionalidade. A prorrogação poderá ser feita sem alteração das condições deste Edital.

19.4.2 As informações de notas e classificações poderão ser acessadas por meio dos editais (ou informativos) de resultados. Não serão fornecidas informações que já constem dos editais ou fora dos prazos previstos nesses editais.

19.5 Não serão dadas informações de rotina a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e resultados do concurso. O candidato deverá aguardar, ler e observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma do item 19.4 deste Edital.

19.5.1 Não serão fornecidas a terceiros informações e documentos pessoais de candidatos, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei 12.527/11.

19.6 O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público via Internet, no endereço eletrônico oficial do presente concurso, ressalvado o disposto no item 19.5 deste Edital, e por meio do correio eletrônico com-concursos@cefetmg.br

19.7 O candidato que desejar relatar fatos ocorridos, especificamente, durante a realização das provas do concurso, deverá fazê-lo diretamente ao CEFET-MG enviando mensagem para o correio eletrônico com-concursos-ocorrencias@cefetmg.br

19.8 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 1 (uma) hora do horário fixado para seu início, munido somente de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, do Comprovante Definitivo do Inscrito e do documento de identidade original. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha durante a realização das provas, dentre outros objetos e acessórios correlatos.









d) Descrição dos impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo  
e) Descrição dos fatores socioambientais, psicológicos e pessoais  
f) Descrição da limitação no desempenho de atividades  
g) Descrição da restrição de participação em alguma das fases do concurso, se houver  
h) Identificação dos profissionais emissores do parecer (nomes completos e sem abreviaturas)  
i) Número de registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) ou no Ministério da Saúde (RMS), no caso do médico  
j) Número no respectivo Conselho Profissional, no caso dos demais integrantes da equipe  
k) Endereço(s) profissional(is)  
l) Assinaturas e carimbos  
m) Local e data de emissão (limitada aos últimos doze meses anteriores à publicação)

4. Parecer enviado incompleto ou que deixe de atender aos dados solicitados no MODELO em questão será desconsiderado para todos os efeitos, sendo de responsabilidade do candidato arcar com as consequências disso em relação à sua participação no presente concurso público.

5. Para o envio do PARECER, o candidato deverá observar as instruções contidas no item 6.4 do texto principal deste Edital.

EDITAL Nº 131 de 23 de junho de 2022  
Concurso Público para a Carreira de Cargos Técnico-Administrativos em Educação

ANO 2022  
ANEXO III  
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (OBJETOS DE AVALIAÇÃO)  
I - PROGRAMA COMUM A TODOS OS CARGOS - NÍVEL MÉDIO  
A - LÍNGUA PORTUGUESA

1. Estudo do texto  
1.1 Tipos e gêneros textuais  
1.1.1 Características dos tipos textuais  
1.1.2 Relações entre tipos e gêneros textuais  
1.1.3 Função social dos gêneros textuais  
1.2 Organização temática do texto  
1.2.1 Relações entre partes do texto  
1.2.2 Progressão  
1.2.3 Consistência argumentativa  
1.3 Recursos persuasivos  
1.3.1 Escolhas lexicais e seus efeitos de sentido  
1.3.2 Exemplificações  
1.3.3 Discurso reportado: discurso direto e indireto  
1.4 Recursos verbais e não verbais em textos multimodais  
1.5 Intertextualidade  
1.5.1 Tipos de intertextualidade: citação, epígrafe, alusão, referência, paráfrase, pastiche e paródia  
1.5.2 Efeitos de sentido  
1.6 Recursos estilísticos de linguagem  
1.6.1 Figuras de linguagem  
2. Conhecimentos linguístico-gramaticais aplicados ao texto  
2.1. Funcionamento social da língua  
2.1.1. Aspectos linguísticos, sócio-históricos e contextuais da variação linguística  
2.1.2. Uso da norma padrão  
2.1.3. Preconceito linguístico  
2.2. Formas verbais e efeitos de sentido  
2.2.1. Marcas de pessoa, número, tempo e modo  
2.3. Coesão verbal e nominal  
2.3.1. Recursos gramaticais como estratégias de introdução, progressão e retomada  
2.3.2. Organizadores textuais e marcadores discursivos: funções sintáticas e relações lógicas-semânticas  
2.4. Morfossintaxe  
2.4.1. Categorias sintáticas e classes gramaticais  
2.4.2. Estrutura da oração e do período composto  
2.4.3. Flexão verbal e nominal, colocação pronominal, emprego da partícula "se"  
2.4.4. Emprego da crase  
2.4.5. Pontuação  
3. Produção de texto em Língua Portuguesa, de acordo com o gênero textual e o tema propostos

B - INFORMÁTICA BÁSICA (Exceto para os cargos Técnico de Laboratório - Área Computação e Técnico de Tecnologia da Informação - Infraestrutura de TIC)

1. Noções de Sistema Operacional: conceitos básicos de hardware e software  
2. Ambiente Operacional Microsoft Windows  
2.1. Aplicativos básicos do MS Windows  
2.2. Área de trabalho  
2.3. Gerenciamento de janelas  
2.4. Painel de controle  
2.5. Manipulação de pastas e arquivos  
3. Internet  
3.1. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e Intranet  
3.2. Navegação  
3.3. Sites  
3.4. Pesquisa na Internet  
3.5. Correio eletrônico  
3.6. Redes sociais como ferramenta de divulgação  
4. Segurança da informação  
4.1. Noções de segurança para usuário final  
4.2. Noções de vírus, worms e outras pragas virtuais  
4.3. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware e congêneres)  
4.4. Backups e armazenamento de dados na nuvem (cloud storage)  
5. Ambiente LibreOffice: edição de texto, planilhas e apresentações

C - LEGISLAÇÃO

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, suas alterações e Emendas Constitucionais  
1.1. Da Administração Pública (arts. 37 a 41)  
2. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações - dispõe sobre Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais  
2.1. Das Disposições Preliminares (arts. 1º a 4º)  
2.2. Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição (arts. 5º a 39)  
2.3. Dos Direitos e Vantagens (arts. 40 a 115)  
2.4. Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142)  
3. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 e suas alterações - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal  
4. Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 e suas alterações - dispõe sobre sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional e dá outras providências  
4.1. Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º)  
4.2. Dos Atos de Improbidade Administrativa (arts. 9º a 11)  
4.3. Da Declaração de Bens (art. 13)

5. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 e suas alterações - Código Penal Brasileiro  
5.1. Dos Crimes Praticados por Funcionário Público contra a Administração em Geral (arts. 312 a 327)  
6. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil Brasileiro  
6.1. Título III - Do Domicílio (arts. 70 a 78)  
7. Lei nº 13.726, de 08 de outubro de 2018 - racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação  
8. Decreto nº 10.609, 26 de janeiro de 2021 e suas alterações - institui a Política Nacional de Modernização do Estado e o Fórum Nacional de Modernização do Estado  
9. Lei nº 13.460, 26 de junho de 2017 - dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública  
10. Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 e suas alterações - regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019)  
11. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências  
11.1. Arts. 5º a 26  
11.2. Arts. 31 a 34  
12. Lei 8.666/93 (e alterações)  
12.1. Seção V - Das Compras (arts. 14 a 16)  
13. Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)  
13.1. Título II - Das Licitações  
13.1.1. Capítulo I - Do Processo Licitatório (art. 11)  
13.1.2. Capítulo I, Seção II - Das Modalidades de Licitação (arts. 28 e 32)  
D - RACIOCÍNIO ANALÍTICO  
1. Argumentação  
1.1. O uso do senso crítico na argumentação  
1.2. Tipos de argumentos  
1.3. Argumentos falaciosos e apelativos  
1.4. Comunicação eficiente de argumentos  
1.5. Estrutura de argumentação  
1.5.1. Premissas, pressupostos e conclusões  
1.5.2. Teses, relações lógicas e estruturas retóricas  
1.6. (In)coerência: significados de falácias, contradições, lacunas e (in)consistências  
2. Raciocínio dedutivo e indutivo  
2.1. Expansão de argumentos: admissibilidade, enfraquecimento e fortalecimento de ideias  
2.2. Inferência  
2.3. Geração de hipóteses  
2.4. Indução e dedução  
II - PROGRAMA DAS PROVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (CARGOS DE NÍVEL MÉDIO)  
A - TÉCNICO DE LABORATÓRIO (ÁREA ELETROMECÂNICA)  
1. Usinagem  
1.1. Fundamentos da usinagem convencional  
1.2. Características, aplicações, tipos de máquinas-operatrizes  
1.3. Cálculos técnicos para operações de torneamento, fresamento, aplainamento, furação e de retificação  
1.4. Elaboração do plano operacional  
1.5. Fundamentos de máquinas CNC  
2. Metalografia, Tratamentos Térmicos e Fundição  
2.1. Técnicas metalográficas  
2.1.1. Macrografia  
2.1.2. Micrografia  
2.1.3. Outras técnicas metalográficas  
2.2. Tratamentos Térmicos convencionais  
2.3. Tratamentos Termoquímicos  
2.4. Princípios básicos da Fundição  
2.5. Tipos de processos de Fundição por gravidade  
2.6. Tipos de processos de Fundição sob Pressão  
2.7. Outros processos de Fundição  
3. Conformação Mecânica  
3.1. Propriedades mecânicas dos materiais conformáveis plasticamente  
3.2. Processos de Laminação  
3.3. Forjamento  
3.4. Extrusão  
3.5. Trefilação  
3.6. Conformação de chapas (estampagem)  
4. Tecnologia da Soldagem  
4.1. Arco elétrico  
4.2. Terminologia da soldagem  
4.3. Segurança em soldagem  
4.4. Fontes de soldagem  
4.5. Processos de soldagem a arco elétrico  
5. Metrologia  
5.1. Fundamentos, conceitos e definições  
5.2. Algarismos significativos  
5.3. Conversão de unidades  
5.4. Instrumentos e equipamentos de medição linear e angular  
5.5. Blocos padrão  
5.6. Rugosidade  
5.7. Sistema de tolerância e ajuste  
5.8. Erros e incerteza de medição  
5.9. Fundamentos da verificação, do ajuste, da regulação e da calibração  
6. Manutenção Industrial  
6.1. Tipos de manutenção e suas especificidades  
26.2. Técnicas preditivas  
6.3. Ferramentas, dispositivos e instrumentos utilizados na manutenção mecânica  
6.4. Lubrificação industrial  
7. Comandos Hidráulicos e Pneumáticos  
7.1. Componentes óleo-hidráulicos e suas características  
7.2. Dimensionamento de um sistema óleo-hidráulico  
7.3. Componentes pneumáticos e suas características  
7.4. Análise de circuitos pneumáticos  
8. Máquinas Térmicas e Máquinas de Fluxo  
8.1. Características e dimensionamento de bombas e turbinas hidráulicas  
8.2. Central de potência a vapor  
8.3. Caldeiras  
8.4. Ciclos Otto e Diesel



9. Acionamentos Eletroeletrônicos: análise de circuitos CC e CA, cálculo de Potência e Fator de Potência
- 9.1. Eletrônica básica
- 9.2. Motores de corrente alternada assíncronos (indução)
- 9.3. Dispositivos de comando e proteção em baixa tensão
- 9.4. Partida de motores
- 9.5. Controle de velocidade de motores
- 9.6. Instalações elétricas prediais e industriais
10. Desenho Técnico e Desenho de Máquinas
- 10.1. Projeção em três vistas
- 10.2. Perspectivas
- 10.3. Noções de geometria descritiva
- 10.4. Normas de desenho técnico mecânico
- 10.5. Escalas
- 10.6. Cortes e seções
- 10.7. Vistas especiais
- 10.8. Desenho de Máquinas
- 10.8.1. Elementos de união
- 10.8.2. Desenho de conjuntos
- 10.8.3. Órgãos de máquinas
- B - TÉCNICO DE LABORATÓRIO (ÁREA COMPUTAÇÃO)
1. Arquitetura de computadores e sistemas operacionais
- 1.1. Arquiteturas RISC e CISC
- 1.2. Organização do processador
- 1.3. Organização de memória
- 1.4. Conceitos de concorrência, paralelismo e computação distribuída
- 1.5. Arquiteturas de sistemas distribuídos: SMP e MPP
- 1.6. Conceitos básicos de computação em aglomerados (Cluster) e de computação em grades (Grids)
- 1.7. Balanceamento de carga
- 1.8. Avaliação de desempenho
- 1.9. Estrutura do SO
- 1.9.1. Gerência do processador
- 1.9.2. Gerência de memória
- 1.9.3. Sistemas de arquivos
- 1.9.4. Entrada e saída
- 1.10. Conceitos básicos de compiladores
- 1.11. RAID
- 1.12. Virtualização
2. Ambiente UNIX
- 2.1. Instalação e suporte a TCP/IP, DHCP, DNS, NIS, CIFS, NFS e serviços de impressão em rede
- 2.2. Instalação e configuração do servidor Apache
- 2.3. Integração com ambiente Microsoft Windows
- 2.4. Linguagens de script
3. Ambiente Microsoft Windows
- 3.1. Instalação e suporte de TCP/IP, DHCP e DNS
- 3.2. Active Directory
- 3.3. IIS
- 3.4. Terminal Service
- 3.5. Serviços de arquivo e impressão em rede
- 3.6. Integração com ambiente Unix
- 3.7. Linguagens de script
4. Redes de computadores e comunicação de dados
- 4.1. Conceitos básicos de redes de computadores LAN, MAN e WAN
- 4.2. Redes sem fio
- 4.3. Modelo OSI
- 4.4. Arquitetura e protocolo TCP/IP
- 4.5. Níveis de aplicação TCP/IP: SSH, DHCP, DNS, SMTP, HTTP, FTP, LDAP e IPSEC
- 4.6. Protocolos de roteamento: RIP, OSPF e BGP
- 4.7. Arquitetura de gerenciamento SNMP
- 4.8. Monitoramento de tráfego, sniffer de rede e interpretação de pacotes
- 4.9. Conceitos de redes de comunicação de dados, incluindo voz e vídeo
- 4.10. Configuração e gerenciamento de elementos de interconexão de redes de computadores (gateway, hub, repetidor, bridge, switch e roteador)
5. Banco de Dados
- 5.1. Conceitos básicos de SGBD
- 5.2. Tipos de SGBD: relacional, rede, hierárquico, distribuído e orientado a objetos
- 5.3. Modelagem de banco de dados: Entidade-relacionamento (entidades, atributos e relacionamentos)
- 5.4. Arquitetura: modelos lógicos e representação física; organização física; métodos de acesso
- 5.5. Gerência de transação
- 5.6. Gerência de bloqueios
- 5.7. Gerência de desempenho
- 5.8. Linguagem SQL: DDL, DML e DCL
- 5.9. Procedimentos: stored procedures, visões (views) e gatilhos (triggers)
- 5.10. Conceitos de backup e restauração de dados, tolerância a falhas e continuidade de operação
- 5.11. Performance e tuning: índice e otimização de acesso; otimização de código SQL ANSI
- 5.12. Sistemas de armazenamento: conceito de Storage (NAS e SAN)
- 5.13. Tipos de backup: completo, incremental e diferencial
6. Gestão e Governança de TI
- 6.1. Noções de gerenciamento de projetos, ITIL, COBIT e plano de recuperação de desastres
- 6.2. Segurança da Informação
- 6.2.1. Segurança física e lógica
- 6.2.2. Firewall
- 6.2.3. IDS
- 6.2.4. IPS
- 6.2.5. Antispam
- 6.2.6. Proxies
- 6.2.7. Criptografia
- 6.2.8. VPN
- 6.2.9. Softwares maliciosos (vírus, spywares, rootkit e congêneres)
- 6.2.10. Sistemas de detecção de intrusão
- 6.3. Gestão da Segurança da Informação
- 6.3.1. Conceitos gerais
- 6.3.2. Políticas de Segurança de Informação
- 6.3.3. Classificação de informações
- 6.3.4. Norma ISO 27001:2005
- C - TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (INFRAESTRUTURA DE TIC)
1. Análise e desenvolvimento de sistemas
- 1.1. Algoritmos e estrutura de dados
- 1.2. Programação orientada a objetos
- 1.3. Engenharia de requisitos
- 1.4. Análise de negócios
- 1.5. UML: conceitos, diagramas e elementos
- 1.6. Processos de desenvolvimento de software: processos ágeis, SCRUM, XP, Processo unificado
- 1.7. Padrões de arquitetura MVC (Model View Controller) e DDD (Domain Driven Design)
- 1.8. Conceitos de BPM e BPMN
- 1.9. Testes de software: estratégias e técnicas de testes de softwares
- 1.10. Ferramentas de controle de versão: SVN e GIT
- 1.11. CI/CD (Integração Contínua e Deploy Contínuo)
- 1.12. Web Services: Padrões SOAP e REST
- 1.13. Arquitetura orientada a serviço (SOA)
- 1.14. Noções gerais sobre DevOps
- 1.15. Desenvolvimento orientado a testes (TDD e BDD)
2. Linguagens de programação e frameworks
- 2.1. Python
- 2.2. XML
- 2.3. HTML
- 2.4. CSS
- 2.5. Javascript
- 2.6. Java SE
- 2.7. Java EE
- 2.8. Java Server Pages
- 2.9. Java Server Faces
- 2.10. Servlets
- 2.11. PHP
- 2.12. Django
3. Banco de dados
- 3.1. Modelagem de dados relacional e dimensional
- 3.2. Conceitos sobre sistemas gerenciadores de banco de dados
- 3.3. Linguagem de definição e manipulação de dados SQL
- 3.4. MySQL/MariaDB
- 3.5. PostgreSQL
- 3.6. Exportação, importação e carga de banco de dados
- 3.7. Cluster de banco de dados: conceitos
- 3.8. Conceitos em gerenciamento de banco de dados não relacionais
- 3.8.1. MongoDB
- 3.8.2. Redis
4. Conhecimento básico de hardware
- 4.1. Computadores e seus periféricos
- 4.2. Noções de arquitetura de computador
5. Redes de computadores
- 5.1. Tipos e topologias de redes
- 5.2. Modelos de referência ISO/OSI e TCP/IP
- 5.3. Serviços e protocolos
- 5.3.1. TCP e UDP
- 5.3.2. IP v4/v6
- 5.3.3. ARP e RARP
- 5.3.4. HTTP
- 5.3.5. Correio eletrônico: POP3, IMAP e SMTP
- 5.3.6. Conexões e comunicações criptografadas: SSL e TLS
- 5.3.7. Redes sem fio (IEEE 802.11a/b/g/n/ac)
- 5.3.8. Voz sobre IP (VoIP)
- 5.3.9. Roteamento: conceitos e protocolos (RIP, BGP e OSPF)
- 5.3.10. ICMP
- 5.3.11. NAT
- 5.3.12. SNMP
- 5.3.13. VLAN
- 5.3.14. DHCP
- 5.3.15. DNS
- 5.3.16. STP
- 5.3.17. NTP
- 5.4. Dispositivos: repetidores, bridges, switches e roteadores
- 5.5. Cabeamento estruturado
- 5.6. Qualidade de Serviço (QoS)
6. Segurança da informação e proteção de dados
- 6.1. Objetivos e conceitos básicos de segurança
- 6.2. Políticas de segurança da informação
- 6.3. Gestão de ativos
- 6.4. Segurança em recursos humanos
- 6.5. Segurança física e do ambiente
- 6.6. Gerenciamento das operações e comunicações
- 6.7. Monitoramento
- 6.8. Controle de acesso
- 6.9. Segurança no desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação
- 6.10. Gestão de incidentes de segurança da informação
- 6.11. Fundamentos de criptografia
- 6.12. Assinatura digital
- 6.13. Infraestrutura de chaves públicas e certificação digital
- 6.14. Proteção de Dados: Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018)
7. Segurança de redes e sistemas
- 7.1. Técnicas de ataques
- 7.1.1. Sniffing
- 7.1.2. Spoofing
- 7.1.3. Fragmentação de pacotes IP
- 7.1.4. Port Scanning
- 7.1.5. DoS e DDoS
- 7.1.6. SYN Flooding
- 7.1.7. Smurf e Fragggle
- 7.1.8. Sequestro de conexões
- 7.1.9. Ransomware
- 7.1.10. Engenharia social
- 7.2. Noções de segurança perimetral
- 7.3. Sistemas de detecção de intrusão: IDS e IPS
- 7.4. Noções de autenticação
- 7.4.1. RADIUS e TACACS
- 7.4.2. Single Sign-On (SSO)
- 7.4.3. IEEE 802.1x
- 7.4.4. Sistemas biométricos
- 7.5. VPN
- 7.6. Ferramentas de segurança
- 7.7. Segurança em redes sem fio
- 7.7.1. Técnicas de ataques em redes sem fio
- 7.8. Anti-Spam
8. Armazenamento de dados e cópias de segurança
- 8.1. Conceitos de NAS e SAN
- 8.2. Protocolos
- 8.2.1. iSCSI
- 8.2.2. FCP
- 8.2.3. CIFS
- 8.2.4. NFS
- 8.3. RAID: conceitos e implementações
- 8.4. Cópias de segurança totais, incrementais e diferenciais
- 8.5. Snapshots e hot backup
- 8.6. Políticas de backup e gestão do ciclo de vida da informação
9. Sistemas Operacionais
- 9.1. Fundamentos
- 9.2. Gerenciamento de processos
- 9.3. Gerenciamento de memória
- 9.4. Gerenciamento de entrada e saída
- 9.5. Sistemas de arquivos
10. Sistema Operacional Windows (Windows 10 e Windows Server 2019)



10.1. Administração e configuração dos serviços  
 10.2. Configurações de rede com e sem fio  
 10.3. Instalação de dispositivos e drivers  
 10.4. Verificação e implementação de rotinas de backup/restauração  
 10.5. Gerenciamento de contas de usuário e permissões de arquivos  
 10.6. Otimização dos sistemas  
 10.7. Manipulação do sistema de arquivos  
 10.8. Ferramentas do Painel de Controle  
 10.9. Instalação, configuração e atualização de programas  
 10.10. Gerenciamento de filas de impressão  
 10.11. Gerenciamento de Serviço de Terminal  
 10.12. Gerenciamento de discos  
 Compa10.13. rtilhamentos de arquivos, pastas e impressoras  
 11. Sistemas Operacional Debian GNU/Linux 10  
 11.1. Kernel Linux  
 11.2. Operação do sistema em linha de comando  
 11.3. Análise de logs  
 11.4. Sistemas de inicialização System V e Systemd  
 11.5. Gerência de arquivos, diretórios e sistemas de arquivos  
 11.6. RAID  
 11.7. LVM  
 11.8. Sistemas de armazenamento de dados em rede (NAS e SAN)  
 11.9. Gerenciamento de usuários e grupos  
 11.10. Gerenciamento de memória, processamento e E/S  
 11.11. Gerenciamento de rede  
 11.12. Gerenciamento de hardware  
 11.13. Programação shell script  
 11.14. Agendamento de tarefas  
 11.15. Configurações de rede e serviços  
 11.15.1. Endereçamento IP v4/v6  
 11.15.2. Roteamento  
 11.15.3. ISC DHCP  
 11.15.4. Bind  
 11.15.5. NFS  
 11.15.6. Squid  
 11.15.7. Apache  
 11.15.8. Postfix  
 11.15.9. MySQL/MariaDB  
 11.15.10. PostgreSQL  
 11.15.11. Iptables  
 11.15.12. NFTables  
 11.15.13. Samba 4  
 11.15.14. OpenLDAP  
 11.15.15. OpenSSH  
 11.15.16. Bacula  
 11.15.17. Git e Gitlab  
 11.16. Ferramentas de diagnóstico e monitoramento de rede  
 11.16.1. Wireshark/Tshark  
 11.16.2. Tracert/Traceroute  
 11.16.3. Dig/Nslookup  
 11.16.4. Nmap  
 11.16.5. Snort  
 11.16.6. Tripwire  
 11.16.7. Nessus  
 11.16.8. MRTG  
 11.16.9. Nagios  
 11.16.10. Zabbix  
 11.16.11. NetSNMP  
 11.17. Instalação, atualização e gerenciamento de programas e pacotes  
 11.17.1. Compilação de programas, bibliotecas e drivers de dispositivos  
 11.17.2. Ferramentas apt, aptitude e dpkg  
 11.17.3. Repositórios de pacotes  
 12. Técnicas de implementação de infraestrutura de TI  
 12.1. Virtualização  
 12.1.1. Modelos de virtualização  
 12.1.2. Alta disponibilidade  
 12.1.3. Tolerância a falhas  
 12.1.4. Recuperação de desastres  
 12.1.5. Proxmox  
 12.2. Infraestrutura como código  
 12.3. Containers e orquestração de containers  
 12.3.1. LXC  
 12.3.2. Docker  
 12.3.3. Kubernetes  
 12.4. Noções de computação em nuvem  
 12.4.1. IaaS  
 12.4.2. PaaS  
 12.4.3. SaaS  
 13. Noções de gestão e governança de TIC  
 13.1. Estratégia de Governo Digital - EGD (Decreto nº 10.332/2020)  
 13.1.1. Objetivos e conceitos  
 13.1.2. Comitê de Governança Digital (CGD)  
 13.1.3. Plano de Transformação Digital (PTD)  
 13.2. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC  
 13.2.1. Objetivos e conceitos  
 13.2.2. Metodologia SISP  
 13.3. Processo de contratação de soluções de TIC (Instrução Normativa 01  
 SGD/ME, de 04/04/2019 e suas alterações)  
 13.3.1. Documento de Oficialização da Demanda (DOD)  
 13.3.2. Estudo Técnico Preliminar (ETP)  
 13.3.3. Mapa de Gestão de Riscos (MGR)  
 13.3.4. Termo de Referência (TR)  
 13.3.5. Catálogo de Soluções de TIC  
 13.4. ITIL v3  
 13.4.1. Objetivos e conceitos  
 13.4.2. Central de serviços  
 13.4.3. Gerenciamento de mudanças  
 III - PROGRAMA COMUM A TODOS OS CARGOS - NÍVEL SUPERIOR  
 A - LÍNGUA PORTUGUESA  
 1. Leitura e estudos do texto literário e não-literário: gêneros textuais, argumentação e processos comunicativos  
 1.1. A função social dos gêneros textuais  
 1.2. Aspectos formais e procedimentos composicionais de diferentes gêneros  
 1.3. Objetivos discursivos de textos de diferentes esferas sociais  
 1.4. Modos de tratamento da informação em função de propósitos comunicativos específicos  
 1.5. Estratégias de argumentação e posicionamento autoral em gêneros diversos  
 1.5.1. Recursos linguísticos e modalização: marcas de envolvimento e posicionamento do autor em textos argumentativos  
 1.6. Recursos persuasivos em gêneros argumentativos diversos (escolhas lexicais, exemplificações e discurso reportado)  
 1.7. Recursos verbais e não verbais em textos multimodais  
 1.8. Estratégias de contra-argumentação, refutação e ressalva em textos de diferentes gêneros  
 1.9. A intertextualidade: na leitura e produção de textos  
 1.10. Figuras de linguagem e a construção textual

2. Conhecimentos linguístico-gramaticais aplicados ao texto  
 2.1. Funcionamento social da língua: aspectos linguísticos, sócio-históricos e contextuais da variação linguística  
 2.2. Formas verbais e efeitos de sentido: marcas de pessoa, número, tempo e modo e efeitos de sentido em gêneros textuais diversos  
 2.3. Coesão verbal e nominal: recursos gramaticais como estratégias de introdução, progressão e retomada  
 2.3.1. Organizadores textuais e marcadores discursivos: funções sintáticas e relações lógico-semânticas  
 2.4. Sintaxe da língua portuguesa: categorias sintáticas e classes gramaticais  
 2.4.1. Estrutura da sentença  
 2.4.2. Coordenação e subordinação entre orações e efeitos de sentido  
 2.5. Características sintáticas do português brasileiro e sua relação com a norma padrão da língua em função da situação comunicativa  
 2.5.1. Flexão verbal e nominal, colocação pronominal, emprego da partícula "se"  
 2.6. Emprego da crase  
 2.7. Pontuação  
 3. Produção de texto em Língua Portuguesa, de acordo com o gênero textual e o tema propostos  
 B - INFORMÁTICA BÁSICA  
 1. Noções de Sistema Operacional: conceitos básicos de hardware e software  
 2. Ambiente Operacional Microsoft Windows  
 2.1. Aplicativos básicos do MS Windows  
 2.2. Área de trabalho  
 2.3. Gerenciamento de janelas  
 2.4. Painel de controle  
 2.5. Manipulação de pastas e arquivos  
 3. Internet  
 3.1. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e Intranet  
 3.2. Navegação  
 3.3. Sites  
 3.4. Pesquisa na Internet  
 3.5. Correio eletrônico  
 3.6. Redes sociais como ferramenta de divulgação  
 4. Segurança da informação  
 4.1. Noções de segurança para usuário final  
 4.2. Noções de vírus, worms e outras pragas virtuais  
 4.3. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware e congêneres)  
 4.4. Backups e armazenamento de dados na nuvem (cloud storage)  
 5. Ambiente LibreOffice: edição de texto, planilhas e apresentações  
 C - LEGISLAÇÃO  
 1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, suas alterações e Emendas Constitucionais  
 1.1. Da Administração Pública (arts. 37 a 41)  
 2. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações - dispõe sobre Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais  
 2.1. Das Disposições Preliminares (arts. 1º a 4º)  
 2.2. Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição (arts. 5º a 39)  
 2.3. Dos Direitos e Vantagens (arts. 40 a 115)  
 2.4. Do Regime Disciplinar (arts. 116 a 142)  
 3. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 e suas alterações - Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal  
 4. Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 e suas alterações - dispõe sobre sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional e dá outras providências  
 4.1. Das Disposições Gerais (arts. 1º a 8º)  
 4.2. Dos Atos de Improbidade Administrativa (arts. 9º a 11)  
 4.3. Da Declaração de Bens (art. 13)  
 5. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 e suas alterações - Código Penal Brasileiro  
 5.1. Dos Crimes Praticados por Funcionário Público contra a Administração em Geral (arts. 312 a 327)  
 6. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil Brasileiro  
 6.1. Título III - Do Domicílio (arts. 70 a 78)  
 7. Lei nº 13.726, de 08 de outubro de 2018 - racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação  
 8. Decreto nº 10.609, de 26 de janeiro de 2021 e suas alterações - institui a Política Nacional de Modernização do Estado e o Fórum Nacional de Modernização do Estado  
 9. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública  
 10. Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 e suas alterações - regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019)  
 11. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências  
 11.1. Arts. 5º a 26  
 11.2. Arts. 31 a 34  
 12. Lei 8.666/93 (e alterações)  
 12.1. Seção V - Das Compras (arts. 14 a 16)  
 13. Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)  
 13.1. Título II - Das Licitações  
 13.1.1. Capítulo I - Do Processo Licitatório (art. 11)  
 13.1.2. Capítulo I, Seção II - Das Modalidades de Licitação (arts. 28 e 32)  
 D - RACIOCÍNIO ANALÍTICO  
 1. Argumentação  
 1.1. O uso do senso crítico na argumentação  
 1.2. Tipos de argumentos  
 1.3. Argumentos falaciosos e apelativos  
 1.4. Comunicação eficiente de argumentos  
 1.5. Estrutura de argumentação  
 1.5.1. Premissas, pressupostos e conclusões  
 1.5.2. Teses, relações lógicas e estruturas retóricas  
 1.5.3. (In)coerência: significados de falácias, contradições, lacunas e (in)consistências  
 2. Raciocínio dedutivo e indutivo  
 2.1. Expansão de argumentos: admissibilidade, enfraquecimento e fortalecimento de ideias  
 2.2. Inferência  
 2.3. Geração de hipóteses



2.4. Indução e dedução  
 IV - PROGRAMA DAS PROVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)  
 A - BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA  
 1. Documentação e informação  
 1.1. Conceitos  
 1.2. Fontes de informação geral e especializada  
 1.3. Normalização  
 1.3.1. NBR 6023: informação e documentação | referências | elaboração  
 1.3.2. NBR 10520: informação e documentação | citações | apresentação  
 1.3.3. NBR 14724: informação e documentação | trabalhos acadêmicos | apresentação  
 2. Biblioteconomia: conceitos, princípios, evolução e relação com outras áreas do conhecimento  
 2.1. Bibliotecas: conceitos e tipologias  
 2.2. Bibliotecas universitárias: conceitos, características, objetivos e funções no contexto do Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação  
 2.3. Bibliotecas escolares: conceitos, características, objetivos e funções  
 3. Tratamento descritivo e temático da informação  
 3.1. Catalogação descritiva  
 3.2. Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2)  
 3.3. Formato MARC 21  
 3.4. Indexação: princípios, tipos de indexação e linguagens controladas  
 3.5. NBR 12676: método para análise de documentos | determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação  
 3.6. Cabeçalhos de assunto  
 3.7. Tesouros  
 3.8. Sistemas de classificação  
 3.8.1. Classificação Decimal Universal (CDU)  
 3.8.2. Classificação Decimal de Dewey (CDD)  
 4. Unidades de informação: gestão e planejamento  
 4.1. Formação e desenvolvimento de acervos  
 4.1.1. Políticas de seleção  
 4.1.2. Aquisição  
 4.1.3. Avaliação  
 4.1.4. Desbaste e descarte  
 4.2. Informatização de unidades de informação  
 4.3. Repositórios institucionais  
 4.3.1. Definição e objetivos  
 4.3.2. Construção e funcionamento  
 4.3.3. Diretrizes e procedimentos para criação de coleções  
 4.3.4. Políticas de funcionamento  
 5. Serviços de referência, formação e informação: o processo de referência e a disseminação da informação  
 5.1. Estudo de uso e usuários  
 5.2. Papel educativo e cultural da biblioteca  
 5.3. Inserção da biblioteca  
 5.3.1. Formação do leitor  
 5.3.2. Mediação de leitura no ambiente da biblioteca  
 5.3.3. Integração da biblioteca ao cotidiano pedagógico e administrativo da unidade escolar  
 B - ENFERMEIRO  
 1. Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, organização e níveis de assistência à saúde  
 2. Ética e legislação em Enfermagem  
 3. Fundamentos de Enfermagem  
 4. Gerenciamento em Enfermagem  
 5. Diagnóstico, planejamento e prescrição de Enfermagem  
 6. Procedimentos técnicos de Enfermagem  
 7. Promoção da saúde e qualidade de vida: ações educativas na prática de Enfermagem  
 8. Assistência da Enfermagem em ocorrências clínicas ambulatoriais de rotina e em casos de maior complexidade  
 9. Assistência de Enfermagem em situações de urgência e emergência  
 10. Atuação da Enfermagem no atendimento às intoxicações exógenas, alcoolismo, drogas ilícitas e principais aspectos de agravos à saúde mental  
 11. Atuação da Enfermagem em saúde ocupacional  
 11.1. Conceitos básicos em saúde ocupacional  
 11.2. Relação trabalho e saúde  
 11.3. Principais riscos químicos, físicos, biológicos e doenças ocupacionais  
 11.4. A comunicação do acidente de trabalho (CAT)  
 12. O papel da Enfermagem nas ações de avaliação e adequação para inclusão da pessoa com deficiência  
 12.1. A Classificação Internacional de Funcionalidades (CIF)  
 13. Assistência de Enfermagem na prevenção e controle de doenças infectocontagiosas, sexualmente transmissíveis e de doenças crônicas e degenerativas  
 14. Programa Nacional de Imunização (PNI)  
 15. Epidemiologia, vigilância epidemiológica e vigilância em saúde  
 16. Biossegurança, controle de infecções e Saúde Pública  
 17. A Enfermagem no âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS)  
 17.1. Prevenção, promoção e vigilância em saúde  
 17.2. Modalidades periciais  
 17.3. Pré-requisitos para concessão de benefícios  
 EDITAL Nº 131 de 23 de junho de 2022  
 Concurso Público para a Carreira de Cargos Técnico-Administrativos em Educação  
 ANO 2022  
 ANEXO IV  
 CRONOGRAMA PREVISTO

15.	Data-limite para pagamento da taxa de inscrição	25/07/2022
16.	Divulgação do resultado preliminar das solicitações de condições especiais para realização das provas	25/07/2022
17.	Data-limite para recursos contra o resultado preliminar das solicitações de condições especiais para realização das provas	26/07/2022
18.	Divulgação dos pareceres relativos aos recursos contra o resultado preliminar das solicitações de condições especiais para realização das provas	29/07/2022
19.	Divulgação do resultado definitivo das solicitações de condições especiais para realização das provas	29/07/2022
20.	Divulgação da lista preliminar de candidatos inscritos	29/07/2022
21.	Data-limite para recursos contra a lista preliminar de candidatos inscritos	31/07/2022
22.	Divulgação dos pareceres relativos aos recursos contra a lista preliminar de candidatos inscritos	01/08/2022
23.	Divulgação da lista definitiva de candidatos inscritos	01/08/2022
24.	Divulgação dos procedimentos de biossegurança e comportamento sanitário a serem seguidos pelos candidatos no dia do exame (1ª Fase)	17/08/2022
25.	Liberação do comprovante definitivo do inscrito (contendo local e sala de realização da 1ª Fase pelo candidato)	17/08/2022
26.	Realização da 1ª Fase (Prova objetiva e Prova discursiva)	21/08/2022
27.	Divulgação do Edital Complementar relativo à 2ª Fase (Prova Prática)	23/08/2022
28.	Divulgação do caderno de provas (1ª Fase) e do gabarito preliminar da Prova Objetiva	23/08/2022
29.	Data-limite para impugnação do Edital Complementar relativo à 2ª Fase (Prova Prática)	24/08/2022
30.	Data-limite para recursos contra questões da Prova Objetiva e respectivo gabarito preliminar	24/08/2022
31.	Resultado das solicitações de impugnação do Edital Complementar relativo à 2ª Fase (Prova Prática)	26/08/2022
32.	Divulgação do Edital Complementar relativo à 2ª Fase (Prova Prática) atualizado, se necessário	26/08/2022
33.	Divulgação dos pareceres relativos aos recursos contra questões da Prova Objetiva e respectivo gabarito preliminar	26/08/2022
34.	Divulgação do gabarito definitivo da Prova Objetiva	26/08/2022
35.	Convocação para o desempate em relação ao resultado em apuração da Prova Objetiva	29/08/2022
36.	Data-limite para entrega de documentação requerida para o desempate na Prova Objetiva	30/08/2022
37.	Divulgação do resultado preliminar da Prova Objetiva	31/08/2022
38.	Data-limite para recursos contra o resultado preliminar da Prova Objetiva	01/09/2022
39.	Divulgação dos pareceres relativos aos recursos contra o resultado preliminar da Prova Objetiva	02/09/2022
40.	Divulgação do resultado definitivo da Prova Objetiva	02/09/2022
41.	Divulgação do resultado preliminar da Prova Discursiva	26/09/2022
42.	Data-limite para recursos contra o resultado preliminar da Prova Discursiva	28/09/2022
43.	Divulgação dos pareceres relativos aos recursos contra o resultado preliminar da Prova Discursiva	30/09/2022
44.	Divulgação do resultado definitivo da Prova Discursiva	30/09/2022
45.	Convocação para o desempate em relação ao painel (soma) de notas da 1ª Fase (Prova Objetiva + Prova Discursiva)	30/09/2022
46.	Data-limite para entrega de documentação requerida para o desempate de notas da 1ª Fase (Prova Objetiva + Prova Discursiva)	03/10/2022
47.	Divulgação do Painel de Notas da 1ª Fase (Prova Objetiva + Prova Discursiva)	04/10/2022
48.	Data-limite para recursos contra o Painel de Notas da 1ª Fase (Prova Objetiva + Prova Discursiva)	05/10/2022
49.	Divulgação dos pareceres relativos aos recursos contra o Painel de Notas da 1ª Fase (Prova Objetiva + Prova Discursiva)	06/10/2022
50.	Divulgação do Painel de Notas da 1ª Fase atualizado (após recursos), se necessário	06/10/2022
51.	Convocação de candidatos para avaliação biopsicossocial (PcD) e heteroidentificação (negros)	06/10/2022
52.	Divulgação dos currículos dos integrantes da Comissão de Heteroidentificação	06/10/2022
53.	Data de início do período de avaliações biopsicossociais para candidatos PcD e de heteroidentificações para candidatos negros	10/10/2022
54.	Data de término do período de avaliações biopsicossociais para candidatos PcD e de heteroidentificações para candidatos negros	11/10/2022
55.	Divulgação dos currículos dos integrantes da Comissão Recursal de Heteroidentificação	13/10/2022
56.	Divulgação do resultado preliminar da avaliação biopsicossocial (candidato PcD) e da heteroidentificação (candidato negro)	13/10/2022
57.	Data-limite para recursos contra o resultado preliminar da avaliação biopsicossocial (candidato PcD) e da heteroidentificação (candidato negro)	14/10/2022
58.	Divulgação da escala de horários para a reavaliação biopsicossocial e para a reavaliação do procedimento de heteroidentificação nos casos de candidatos com recurso em andamento	17/10/2022
59.	Data da reavaliação presencial (se necessária) de candidato inscrito como PcD ou negro	18/10/2022
60.	Divulgação dos pareceres relativos aos recursos contra o resultado preliminar da avaliação biopsicossocial (candidato PcD) e da heteroidentificação (candidato negro)	19/10/2022
61.	Divulgação do resultado definitivo da avaliação biopsicossocial (candidato PcD) e da heteroidentificação (candidato negro)	19/10/2022
62.	Divulgação do Edital de convocação de candidatos para realização da 2ª Fase (Prova Prática)	19/10/2022
63.	Data-limite para impugnação do Edital de convocação relativo à 2ª Fase (Prova Prática)	20/10/2022
64.	Resultado das solicitações de impugnação do Edital de convocação relativo à 2ª Fase (Prova Prática)	21/10/2022
65.	Divulgação dos procedimentos de biossegurança e comportamento sanitário a serem seguidos pelos candidatos no dia do exame (2ª Fase)	01/11/2022
66.	Liberação do comprovante definitivo do inscrito (contendo local, sala e horário de realização da 2ª Fase pelo candidato) ou do Informativo sobre locais e horários de prova da 2ª Fase	01/11/2022
67.	Realização da 2ª Fase (Prova Prática)	06/11/2022
68.	Divulgação do caderno de provas (2ª Fase) e dos padrões de resposta preliminares (ou artefatos de correção de prova preliminares, conforme o cargo)	08/11/2022

Item	Evento	Data Prevista (*)
1.	Publicação do Edital de Abertura	24/06/2022
2.	Data-limite para impugnação do Edital de Abertura	26/06/2022
3.	Divulgação do resultado das solicitações de impugnações do Edital de Abertura	27/06/2022
4.	Publicação do Edital de Abertura atualizado, se necessário	28/06/2022
5.	Início do período de inscrições	28/06/2022
6.	Abertura do período para solicitação de isenção da taxa de inscrição	28/06/2022
7.	Abertura do período para solicitação de condições especiais para realização das provas	28/06/2022
8.	Término do período para solicitação de isenção da taxa de inscrição	10/07/2022
9.	Divulgação do resultado preliminar das solicitações de isenção da taxa de inscrição	13/07/2022
10.	Data-limite para recursos contra o resultado preliminar das solicitações de isenção da taxa de inscrição	14/07/2022
11.	Divulgação dos pareceres relativos aos recursos contra o resultado preliminar das solicitações de isenção da taxa de inscrição	15/07/2022
12.	Divulgação do resultado definitivo das solicitações de isenção da taxa de inscrição	15/07/2022
13.	Término do período para solicitação de condições especiais para realização das provas	24/07/2022
14.	Término do período de inscrições	24/07/2022



69.	Data-limite para recursos contra questões da Prova Prática e padrões de resposta preliminares (ou artefatos de correção de prova preliminares, conforme o cargo)	11/11/2022
70.	Divulgação dos pareceres relativos aos recursos contra questões da Prova Prática e padrões de resposta preliminares (ou artefatos de correção de prova preliminares, conforme o cargo)	28/11/2022
71.	Divulgação dos padrões de resposta definitivos da Prova Prática (ou artefatos de correção de prova definitivos, conforme o cargo)	28/11/2022
72.	Divulgação do resultado preliminar da Prova Prática	28/11/2022
73.	Data-limite para recursos contra o resultado preliminar da Prova Prática	30/11/2022
74.	Divulgação dos pareceres relativos aos recursos contra o resultado preliminar da Prova Prática	02/12/2022
75.	Divulgação do resultado definitivo da Prova Prática	02/12/2022
76.	Convocação para o desempate em relação ao Resultado Final	02/12/2022
77.	Data-limite para entrega de documentação requerida para o desempate no Resultado Final	06/12/2022
78.	Divulgação do Resultado Final do concurso	12/12/2022
79.	Data-limite para recursos contra o Resultado Final	14/12/2022
80.	Divulgação dos pareceres relativos aos recursos contra o Resultado Final	16/12/2022
81.	Divulgação do Resultado Final (após recursos)	16/12/2022

(\*) As datas e períodos estabelecidos neste anexo (CRONOGRAMA) são passíveis de alteração, conforme necessidade e conveniência do CEFET-MG. Caso haja alteração, ela será previamente comunicada por meio de Edital (ou informativo) na página oficial do concurso na Internet.

PROF. DR. FLÁVIO ANTÔNIO DOS SANTOS  
Diretor-Geral

PEDRO HENRIQUE DIAS DE SOUSA  
Presidente da Comissão de Organização de Concursos

### COLÉGIO PEDRO II CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO I

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - UASG 155630

O Colégio Pedro II - Campus São Cristóvão I - Autarquia Federal - por intermédio da Comissão Permanente de Apuração de Responsabilidade, constituída pela Portaria nº 23, de 31 de maio de 2021, da Diretora Geral desta entidade, NOTIFICA à empresa COMERCIAL MONTANNA LTDA, CNPJ nº 39.528.472/0001-57 que foi instaurado o processo administrativo nº 23777.000202/2022-90 para apuração de responsabilidade pela não entrega dos materiais contidos na nota de empenho nº 2021NE145 de 23 de dezembro de 2021, derivada do pregão eletrônico 21/2021, caracterizando INEXECUÇÃO TOTAL DAS OBRIGAÇÕES.

O processo administrativo poderá cominar nas sanções contratuais previstas na Lei nº10.520, de 17 de julho de 2002 e no edital do certame, descritas no item 15.2, quais sejam: advertência, multa, suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão. Os possíveis prazos e valores serão definidos pela Comissão de Apuração desta Administração.

Conforme previsão do art. 59 da Lei 9.784/99, será concedido o prazo de 10 (dez) dias para, em querendo, interpor manifestação, contados a partir da publicação deste edital.

O notificado poderá manifestar-se pessoalmente ou se fazer representar por meio dos endereços eletrônicos financasc1@cp2.g12.br ou ainda csc1diad@cp2.g12.br. Este processo administrativo continuará sua tramitação independentemente da efetiva manifestação

MARIA CRISTINA DA SILVA GALVÃO  
Diretora Geral / Ordenadora de Despesas

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - UASG 155630

A Diretora Geral do Campus São Cristóvão I notifica a empresa ROMANO VERDE ENGENHARIA PAISAGISMO E URBANISMO LTDA, CNPJ 00.666.544/0001-97, sediada na Rua Papa Pio XII, 964 -Figueira - Magé - RJ. CEP: 25900-000, da Instauração do Procedimento Administrativo para Apuração de Responsabilidade nº 23777.000091/2022-11, referente ao Contrato 003/2021, oriundo do Edital do Pregão Eletrônico 06/2021 - UASG 153167, decorrente não cumprimento dos Itens 11.2, 11.3, 11.7, 11.8, 11.11 e 11.20 do Termo de Referência.

Assim, fica assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste Edital de Publicação, para o oferecimento de Defesa Prévia. Os autos estarão disponíveis para consulta das 10h às 16h junto ao Setor de Finanças ou Seção de Contratos com sede Campo de São Cristóvão, 177, Bloco Parte I, CEP: 20921-903, São Cristóvão, Rio de Janeiro/RJ), no Campus São Cristóvão I. O processo será impulsionado de ofício (art. 2, XII, da Lei Federal 9.784/1999).

MARIA CRISTINA DA SILVA GALVÃO

### FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

#### RETIFICAÇÃO

No 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 00059/2021, publicado no Diário Oficial da União do dia 21/06/2022, seção 3, pag. nº 115. Onde se lê: " nº Processo 23034.002842/2021-47" Leia-se: "nº Processo 23034.001959/2021-11".

#### EXTRATO DE APOSTILAMENTO

O presente termo de apostilamento tem por objeto o reajuste de preços do contrato nº 001/2018, no percentual de 10,5436%, observada a vigência contratual, com início dos efeitos financeiros a partir de 20/02/2022..

(COMPASNET 4.0 - 23/06/2022).'

#### EXTRATO DE APOSTILAMENTO

O presente termo de apostilamento tem por objeto o reajuste de preços do contrato nº 100/2018, no percentual de 11,2993%, observada a vigência contratual, com início dos efeitos financeiros a partir de 07/03/2022..

(COMPASNET 4.0 - 23/06/2022).'

### INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Processo nº 23843.002549/2022-36

A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - Ifac, no uso de suas atribuições legais, pelo presente EDITAL, NOTIFICA a empresa OLÍMPIO AGUIAR AZEVEDO, inscrita no CNPJ sob o n.º 38.947.455/0001-91, da abertura do Processo Administrativo Para Apuração de Fatos e Sanção Administrativa nº 23843.002549/2022-36, pelo descumprimento da Ata de Registro de Preços nº 30/2021 do Edital do Pregão SRP nº 23/2020, e a consequente aplicação das sanções administrativas previstas no item item 7.4 do Termo de Referência, Anexo do Edital do Pregão SRP nº 23/2020, e nos moldes do art. 87, inciso I, da Lei nº 8666/1993, considerando que a empresa não respondeu a notificação enviada no endereço eletrônico: olimpioavezedo1@gmail.com bem como, não foi encontrada em endereço registrado para ser notificada.

A fim de que haja plena observância ao contraditório e ampla defesa, atendendo-se ao devido processo legal, por configurarem garantias constitucionais, concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, para apresentação de defesa prévia, onde poderá juntar documentos devidos e especificar outras provas que pretenda produzir. Para conhecimento e recebimento da defesa neste Instituto, somente serão admitidos os seguintes endereços eletrônicos: e-mails proad.ccomp@ifac.edu.br e proad.dirad@ifac.edu.br, o processo supracitado encontra-se com vista franqueada para sua manifestação (ampla defesa), por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI ou na sede desta Reitoria, localizada na Rua Coronel Alexandrino nº 301, bairro Bosque, CEP. 69900-697, Rio Branco - Acre.

ROSANA CAVALCANTE DOS SANTOS

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Processo nº 23840.001772/2022-96

A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - Ifac, no uso de suas atribuições legais, pelo presente EDITAL, NOTIFICA a empresa OLÍMPIO AGUIAR AZEVEDO, inscrita no CNPJ sob o n.º 38.947.455/0001-91, da abertura do Processo Administrativo Para Apuração de Fatos e Sanção Administrativa nº 23840.001772/2022-96, pelo descumprimento da Ata de Registro de Preços nº 30/2021 do Edital do Pregão SRP nº 23/2020, e a consequente aplicação das sanções administrativas previstas no item item 7.4 do Termo de Referência, Anexo do Edital do Pregão SRP nº 23/2020, e nos moldes do art. 87, inciso I, da Lei nº 8666/1993, considerando que a empresa não respondeu a notificação enviada no endereço eletrônico: olimpioavezedo1@gmail.com bem como, não foi encontrada em endereço registrado para ser notificada.

A fim de que haja plena observância ao contraditório e ampla defesa, atendendo-se ao devido processo legal, por configurarem garantias constitucionais, concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, para apresentação de defesa prévia, onde poderá juntar documentos devidos e especificar outras provas que pretenda produzir. Para conhecimento e recebimento da defesa neste Instituto, somente serão admitidos os seguintes endereços eletrônicos: e-mails proad.ccomp@ifac.edu.br e proad.dirad@ifac.edu.br, o processo supracitado encontra-se com vista franqueada para sua manifestação (ampla defesa), por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI ou na sede desta Reitoria, localizada na Rua Coronel Alexandrino nº 301, bairro Bosque, CEP. 69900-697, Rio Branco - Acre.

ROSANA CAVALCANTE DOS SANTOS

#### EXTRATO DE CONVÊNIO

PARTES CONVENIENTES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac), CNPJ nº 10.918.674/0001-23 e a Usina de Talentos, Treinamento e Desenvolvimento Profissional LTDA, CNPJ/MF nº 01.711.278/0001-30.

OBJETO: O presente Convênio tem por objeto a prestação de serviços de agente de integração, nos termos do artigo 5º da Lei nº11788/2008, visando a celebração de convênios a instituição de educação para promover a interação entre estudantes, empresas e instituição de ensino.

VIGÊNCIA: O presente convênio terá vigência por prazo indeterminado, podendo, porém, a qualquer tempo, ser renunciado por qualquer uma das partes, mediante comunicado por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 21 de junho de 2022.

SIGNATÁRIOS DO INSTRUMENTO: Rosana Cavalcante dos Santos, reitora do Instituto Federal do Acre e Ubirajara Brandão de Souza Deodato, representante legal da Usina de Talentos, Treinamento e Desenvolvimento Profissional LTDA.

### INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

#### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 13/2022

O Ifal torna público que o resultado deste pregão encontra-se disponível em <http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/ata0.asp>

CLÉMERSON CORREIA DE ANDRADE  
Coordenador de licitações

(SIDEAC - 23/06/2022) 158147-26402-2022NE800150

#### CAMPUS MACEIÓ

#### EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº: 23041.008089/2022-95

Órgão Gerenciador: INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS - CAMPUS MACEIÓ

CNPJ: 10.825.373/0003-17

Pregão Eletrônico SRP - nº 05/2022

Objeto: Aquisição de Materiais de Laboratório - Equipamentos de Proteção Individual para o IFAL/ Campus Maceió e Unidades Participantes

Fundamento Legal: Leis nºs. 10.520/02, 8.666/93 e Decretos nºs 10.024/2019 e 7.892/13.

Data da Homologação: 02/06/2022

Fornecedor: LUIZ TADEO DAMASCHI

CNPJ: 01.424.128/0001-45

Itens ganhos: 34.

Total do fornecedor: R\$ 1.100,00

Fornecedor: OUTLET COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI

CNPJ: 08.235.765/0001-12

Itens ganhos: 46

Total do fornecedor: R\$ 3.898,44

Fornecedor: G D C DA SILVA COSTA - EIRELI

CNPJ: 09.721.729/0001-21

Itens ganhos: 8, 62 e 63.

Total do fornecedor: R\$ 9.255,40

Fornecedor: COMERCIAL BRASIL DE EPI LTDA

CNPJ: 11.509.243/0001-76

Itens ganhos: 2, 7, 26, 32, 33, 38 e 43.

Total do fornecedor: R\$ 33.559,48

Fornecedor: G.F.CONFECCOES LTDA

CNPJ: 15.534.841/0001-56

